

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

AELTON BRITO SILVA

**RESISTÊNCIA E REAFIRMAÇÃO CAMPONESA:
TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS NA AGRICULTURA NO
MUNICÍPIO DE FAINA/GO**



Presidente Prudente

2014

**RESISTÊNCIA E REAFIRMAÇÃO CAMPONESA:
TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS NA AGRICULTURA NO
MUNICÍPIO DE FAINA/GO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT Unesp, *campus* de Presidente Prudente como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia sob a orientação do **Prof. Dr. Clifford Andrew Welch**.

Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Linha de pesquisa: Campesinato, capitalismo e tecnologias

Presidente Prudente

2014

Silva, Aelton Brito.
S578r Resistência e reafirmação camponesa: transformações e permanências na agricultura no município de Faina/GO / Aelton Brito Silva. - Presidente Prudente: [s.n], 2014
99 f.

Orientador: Clifford Andrew Welch
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Agricultura Camponesa. 2. Modernização Agrícola. 3. Campesinato Goiano. 3. Território. I. Welch, Clifford Andrew. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

BANCA EXAMINADORA



PROF. DR. **BERNARDO MAÇANO FERNANDES**
PRESIDENTE



PROF. DR. **EDUARDO PAULON GIRARDI**
(UNESP/FCT)



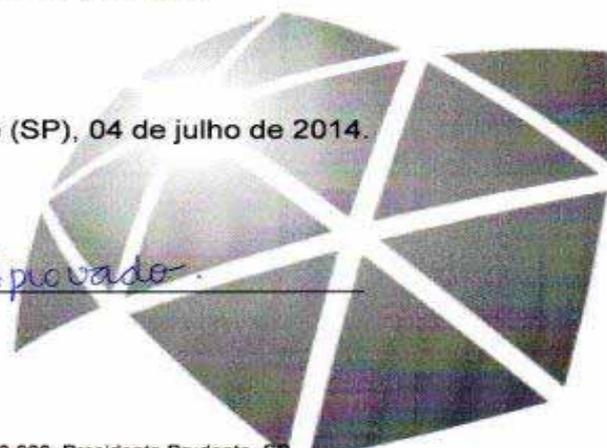
PROF. DR. **MANOEL CALAÇA**
(UFG)



AELTON BRITO SILVA

Presidente Prudente (SP), 04 de julho de 2014.

RESULTADO: Aprovado



Dedico este trabalho à minha família, que tem sido meu alicerce ao longo desta caminhada. Em especial, a Aparecida, Joaquim, Adão e Najyla.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à Deus pelo dom da vida e pela saúde e disposição em enfrentar o desafio de cursar esse mestrado em geografia na UNESP de Presidente Prudente. Agradeço aos meus pais, Aparecida e Joaquim, pelo apoio, dedicação e pela perseverança em superar as dificuldades para contribuir com os estudos dos filhos. Agradeço a Adão, irmão, amigo, companheiro nos momentos de farra, trabalho, alegria, tristeza. Grande parceiro. Em especial à Najyla, esposa, amiga e companheira, pela paciência, pela dedicação, carinho e afeto ao longo destes anos.

Agradeço ao professor Clifford pela disposição em orientar este trabalho. Tenho certeza que não foi uma tarefa fácil. Ao longo deste tempo, foi um exemplo de profissional sério, dedicado, e comprometido com seu trabalho. De todas as vivências que tivemos, destaco o início do ano de 2013, quando o professor se dispôs a viajar por quase 2 mil quilômetros na região norte e noroeste do estado de Goiás, conhecendo a realidade das famílias camponesas organizadas pelo MPA.

Agradeço ao MPA, nas pessoas do senhor Jucelino (*in memorian*) e ao seu filho Rogerio – que foram os principais responsáveis pela realização do trabalho de campo –, Domingas (Cida) e José Rodrigues pelo exemplo de liderança camponesa que são. E a todas as famílias envolvidas direta e indiretamente na realização deste trabalho. A vocês, minha consideração, admiração, com especial atenção às famílias da Comunidade Ramos Rodrigues de Lima. Vocês foram primordiais neste processo. À Maria Jose (Kazé) que, acredito, não tenha ciência do quanto contribuiu na finalização deste trabalho, mas que aqui faço questão de deixar claro: você foi determinante.

Por fim, e não menos importante, agradeço aos parentes e amigos pelo apoio e pelos momentos de descontração. Em especial à Moema (mãe), Moema (filha), Arivaldo, Camila, Douglas, Elias e ao nosso querido afilhado, Pedro Lucas, como esperança de um futuro ainda melhor.

Apoio Institucional

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – pelo apoio financeiro concedido durante quatro meses no primeiro semestre do curso. Agradeço especialmente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – que apoiou financeiramente quase todo o período de realização deste mestrado.

RESUMO

Analisa as transformações recentes na agricultura no município de Faina/GO, a partir dos anos 1970 quando houve um impulso no processo de "modernização" agrícola em Goiás. O processo estimulou transformações que mudaram as formas de produzir e as relações de produção, alterando assim o modo de vida dos camponeses e a composição de seus territórios. Foi feita uma análise comparativa entre o campo produtivo das famílias camponesas da atualidade e a geração anterior - a dos pais delas - a fim de compreender as transformações e permanências do território em consequência do processo de "modernização" agrícola. Para tanto, além da pesquisa bibliográfica e documental, foi utilizada pesquisa descritiva e exploratória de caráter qualitativa com aplicação de questionários e a gravação de entrevistas semiestruturadas, abrangendo sete famílias camponesas organizadas no Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA –, no município de Faina/GO.

Palavras-Chave: Agricultura camponesa, Modernização Agrícola, Território, Campesinato Goiano

ABSTRACT

This thesis analyzes the forms of resistance that small farmers in the municipality of Faina / GO have developed to withstand transformations stimulated by policies of agricultural "modernization" since the 1970s. The study uses a comparative approach to chart production and lifestyle transformations between two generations of peasant families in Faina, a small rural community located near the historic colonial city of Goiás Velho. It argues that modernization policies have provoked transformations in production processes and the relations of production, thus altering the way of life of peasant farmers and the composition of their territory. In addition to bibliographical and documentary research, a geo-historical questionnaire was used to generate data from affected families. Responses were gathered through interviews, which also stimulated the collection of oral histories, covering seven peasant families organized in the municipality by the Movement of Small Farmers - MPA, which has worked to reaffirm their peasant identity.

Keywords: Peasant Agriculture, Agricultural Modernization, Territory, Goiás

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução da composição familiar na Comunidade Ramos Rodrigues de Lima	60
Gráfico 2	Tamanho da propriedade da primeira geração	64
Gráfico 3	Tamanho da propriedade atual (compra x herança)	66
Gráfico 4	Tamanho atual da propriedade das famílias entrevistadas	67
Gráfico 5	Divisão em hectares da UPC da família 1 entre as atividades produtivas, num total 31 hectares	68
Gráfico 6	Divisão em hectares da UPC da família 2 entre as atividades produtivas, num total 15,9 hectares	69
Gráfico 7	Divisão em hectares da UPC da família 3 entre as atividades produtivas, num total 24 hectares	70
Gráfico 8	Divisão em hectares da UPC da família 4 entre as atividades produtivas, num total 47,1 hectares	71
Gráfico 9	Divisão em hectares da UPC da família 5 entre as atividades produtivas, num total 32 hectares	72
Gráfico 10	Divisão em hectares da UPC da família 6 entre as atividades produtivas, num total 21 hectares	73
Gráfico 11	Divisão em hectares da UPC da família 7 entre as atividades produtivas, num total 21 hectares	74

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1	Municípios com organização de Base do MPA em Goiás, segundo as regionais em 2012	15
Quadro 2	Famílias originárias na conformação da CRRL	58
Tabela 1	Relação entre tamanho da propriedade e a densidade demográfica	65

LISTA DE SIGLAS

ARRL	Associação Ramos Rodrigues de Lima
CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRRL	Comunidade Ramos Rodrigues de Lima
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EFA	Escola Família Agrícola
EFAGO	Escola Família Agrícola de Goiás
ETC	Action Group on Erosion, Technology and Concentration
ELAA	Escola Latino Americana de Agroecologia
FETAEG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização não governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista do Brasil (de 1922 até 1960) e Partido Comunista Brasileiro (a partir de 1960)
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PT –	Partido dos Trabalhadores
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UPC	Unidade de Produção Camponesa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. CONTEXTUALIZAÇÃO GEOHISTÓRICA DE GOIÁS	22
1.1. OCUPAÇÃO EXPLORATÓRIA DE GOIÁS	22
1.2. IMPORTÂNCIA DA AGROPECUÁRIA	24
1.3. OS TRILHOS DA MODERNIZAÇÃO	28
1.4. O MOVIMENTO DE 1930	30
1.5. MODERNIZAÇÃO EM GOIÁS	35
2. O CAMPESINATO EM GOIÁS	42
2.1. FORMAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO EM GOIÁS	42
2.2. ORGANIZAÇÃO POLITICA DO CAMPESINATO EM GOIÁS	49
2.3. MPA E O CAMPESINATO EM GOIÁS	51
3. COMUNIDADE RAMOS RODRIGUES DE LIMA	57
3.1. PASSADO E PRESENTE NA COMUNIDADE RAMOS RODRIGUES DE LIMA	57
3.2. CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR	59
3.3. INTEGRAÇÃO DA FAMÍLIA NA COMUNIDADE E COM AGENTES EXTERNOS	61
3.4. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO CAMPONESA - UPC	63
3.5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICES	85

INTRODUÇÃO

O atual estudo surgiu como demanda dos movimentos sociais ligados a Via Campesina Brasil, em parceria com a Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, e a Universidade Estadual Paulista “*Julio de Mesquita Filho*”. Como fruto de tal parceria, pretende-se aprofundar o estudo sobre o campesinato brasileiro, e sustentar a necessidade de consolidar políticas públicas com foco no campesinato, bem como, para mobilizar a opinião pública sobre os grandes serviços prestados pelo campesinato a sociedade ao longo da história, como a proteção ambiental e produção de comida saudável para abastecimento dos mercados locais.

A definição do atual objeto de estudo se configurou como parte do aprofundamento teórico dos movimentos sociais ligados à Via Campesina com base na compreensão das diversidades camponesas no estado de Goiás a partir da análise das transformações recentes na agricultura no município de Faina, Goiás. O foco local deve garantir a compreensão dos principais fatores do processo de modernização agrícola que condicionaram o campesinato goiano ao cenário político, econômico e produtivo em que se encontra atualmente a fim de construir propostas que culminem em melhorias das condições objetivas de vida no campo.

O objeto estudado se baseia em sete famílias camponesas da comunidade Ramos Rodrigues de Lima no município de Faina, Goiás. Embora o histórico de residência familiar dos entrevistados remonta períodos anteriores ao que foi possível resgatar por meio de entrevistas, elas se estabelecem na condição de proprietárias de suas terras a partir de 1934, com a compra de parcelas no local com dinheiro adquirido da produção agrícola e pecuária ao longo de vários anos.

Além da organização enquanto comunidade, as famílias estudadas constituíram uma entidade jurídica desde 2003 e iniciaram o processo de inserção na organização do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA – a partir de 2004. A escolha das famílias participantes do presente estudo se deu a partir da orientação da coordenação estadual do MPA e pela definição das lideranças da comunidade em questão.

Parte das informações contidas no presente trabalho foi reunida com base na revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos no tema sobre o campesinato, como Karl Kautsky (1998 [1899]); Vladimir Lênin (1982 [1899]), Ricardo Abramovay (1998), Alexander Chayanov (1974 [1924]); Teodor Shanin (2005 [1980]; 2008); Ariovaldo Oliveira (2007) e Marta Marques (2008), além de trabalhos relacionados ao contexto local, como Luiz Palacín; Ledonias Franco Garcia e Janaina Amado (1995); Luiz Palacín e Maria Augusta Santana de Moraes (1989); Jadir Pessoa (1997); Horácio Martins de Carvalho (2005); Clifford Andrew Welch *et all.* Org. (2009); Idelvone Ferreira; Estevane Mendes (2009), entre outros. Mas, tudo que for da comunidade é baseado nas observações do pesquisador, na vivência na região e dados levantados na aplicação de questionário com sete famílias da Comunidade Ramos Rodrigues de Lima.

A pesquisa foi realizada com base em uma metodologia descritiva e exploratória de questões, de caráter quantitativo e qualitativo, com realização de entrevistas semi-estruturadas. As visitas já ocorriam com periodicidade média de dois meses para trabalhos relacionados ao MPA. Em decorrência da pesquisa chegaram a ocorrer duas visitas no mesmo mês, como em janeiro e fevereiro de 2013. Com a finalidade específica de coleta de dados e aplicação do questionário ocorreram 3 visitas em 2012, sendo uma no primeiro semestre e duas no segundo, e 4 visitas em 2013, sendo duas no primeiro semestre e duas no segundo.

A identificação das famílias para participarem da pesquisa é fruto de um diagnóstico realizado junto com as cinco coordenações regionais do MPA Goiás durante a segunda quinzena de setembro de 2012, conforme Tabela 1. Foi quando houve contato do pesquisador com mais de cem coordenadores e coordenadoras de Grupos de Base do MPA no estado de Goiás. Sendo 29 da Regional de Niquelândia, 53 em Campinorte, oito em Crixás, 7 em Rubiataba e 28 na regional Goiás. Após estas visitas, realizou-se uma reunião com a coordenação estadual do MPA Goiás, no final de outubro de 2012 a fim de definir qual município o trabalho do MPA poderia ser o reflexo da organização do movimento no estado e que conseguisse contemplar as demais não pesquisadas. Foi então que optou-se por realizar o trabalho na Comunidade Ramos Rodrigues de Lima, localizada no Município de Faina/GO, que compõe a regional Goiás.

Vale mencionar que o trabalho não foi realizado em função das necessidades do MPA, ou pela definição de suas coordenações, mas o mais consistente exemplo de organização do campesinato tradicional está no trabalho do MPA. Existem outras experiências bem sucedidas desenvolvidas, principalmente, pela Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mas com foco principal na camponização ou recamponização, e não no campesinato tradicional. Daí a importância de focar a base organizativa do MPA para cumprir com o que o trabalho se propõe.

O roteiro das entrevistas aplicadas, conforme anexo 1, traz questões referentes às práticas produtivas atualmente adotadas na unidade de produção pelas famílias camponesas, em comparação com as formas de produção praticadas pela geração anterior. Desta forma, foi possível fazer um levantamento histórico sobre pelo menos duas gerações. Mas as entrevistas se deram com a segunda e terceira gerações destas famílias.

É bom que se esclareça que o levantamento foi feito a partir do momento que estas famílias se estabelecem nesta região sob a condição de proprietários, a partir da década de 1930. Vale lembrar ainda que faltam elementos sobre a família Lima, pois foi possível fazer o resgate histórico com apenas uma das famílias da segunda geração.

Quadro 1: Municípios com organização de Base do MPA em Goiás, segundo as regionais em 2012.

Regional	Municípios	Nº de participantes	Data da visita
Campinorte	Campinorte, Uruaçu, Nova Iguaçu, Alto horizonte, Mara Rosa, Pilar de Goiás, Santa Terezinha, Campos Verdes, Campinasul, Hidrolina e Formoso	53	22 de setembro de 2012
Crixás	Crixás e Uirapuru	08	23 de setembro de 2012
Niquelânida	Niquelândia	29	24 de setembro de 2012
Rubiataba	Rubiataba, Heitorai, Itapuranga, Nova América, Ipiranga de Goiás, São Patrício, Morro Agudo, Ceres, Carmo do Rio Verde e Itapaci	07	25 de setembro de 2012
Goiás	Goiás, Itaberaí e Faina	28	26 e 27 de setembro de 2012

Fonte: MPA

Org.: Silva, 2014

No que se refere ao modo de vida, das famílias pesquisadas, em períodos anteriores a sua condição de proprietários, faltam muitas informações, pois os relatos das famílias entrevistadas descrevem uma grande descendência de povos autóctones que viviam na região. Esta descendência passou a sofrer interferências a partir do fim do século XVIII, quando chegam as bandeiras exploratórias vindas de São Paulo em busca de minério, principalmente ouro.

O presente trabalho está disposto em três capítulos. O Capítulo 1 apresenta perspectivas sobre a história da região, agora conhecida com o Estado de Goiás, para ajudar contextualizar nosso estudo do período mais recente de ocupação e utilização da terra. Pretende-se dividir este capítulo em fases cronologicamente ordenadas, de acordo com a relevância dos acontecimentos históricos.

O Capítulo 2 trata a territorialização do campesinato em Goiás e remonta suas trajetória nos diferentes momentos da conjuntura goiana. Tem a finalidade de compreender quais foram as formas de recriação camponesa, suas modificações e permanências até os dias atuais. Aborda também os atores de transformação social que conduziram o campesinato nas suas diferentes formas de reprodução social

O Capítulo 3 analisa a formação da Comunidade Ramos Rodrigues de Lima e seus transtornos recentes em Faina. Oferece um detalhamento do processo geohistórico de formação da comunidade, quais foram as pessoas determinantes neste processo e as especificidades da vida em comunidade, bem como as alterações sofridas com o avanço das políticas governamentais e empresas multinacionais no campo da disputa territorial e ideológica. Examina quais foram as principais alterações trazidas para o cenário de vida do campesinato da região de Faina, quais foram as consequências em seu período de implantação e suas consequências hoje.

Evolução da construção do objeto em pesquisa

Não é possível que se conceba a ideia de fazer pesquisa sem anseio político, social ou econômico por parte de quem pesquisa, ou de quem arca com os custos da pesquisa. De forma que a escolha do objeto a ser pesquisado, a condução da pesquisa e a forma de apresentação dos resultados muito têm a ver com o contexto sociopolítico onde está inserido quem pesquisa. Com a licença do uso da primeira

pessoa do singular e, quando necessário, do plural, pretendo apresentar de forma breve a minha trajetória de inserção nos Movimentos Sociais do Campo, para que se justifique a opção pelo objeto pesquisado.

Meu primeiro contato com o cenário de luta de classes no campo se dá com menos de um ano de vida. Minha família era uma das 80 mobilizadas e organizadas por uma articulação de entidades sociais do campo para a luta pela terra nos municípios de Itapirapuã e Goiás – GO.

Essa articulação deu origem a um tripé formado pela CPT, MST e Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, que desencadeou em 1989 a desapropriação da Fazenda Velha, dando origem ao Assentamento Retiro Velho. Nesse período, das 80 famílias que estiveram na luta pela desapropriação, restou apenas metade. Ainda assim, a área conquistada não comportava, territorialmente, todas elas. Tiveram que esperar por mais dois anos até que, em 1991 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA –, fez a emissão de posse da segunda área que deu origem ao Assentamento Retiro.

Em ambas as áreas foram destinadas um terreno, chamado de núcleo coletivo, onde passou a funcionar a escola com a primeira fase do ensino fundamental, da 1ª a 4ª série. Foi neste espaço, da segunda área desapropriada que, praticamente, todas as crianças estudaram. Inclusive eu, de 1993 a 1997.

A luta pela reforma agrária não se limitava a conquista da terra. A educação era central nesse processo. Ter formação e educação direcionadas aos jovens para que pudessem permanecer no campo era preocupação constante das famílias e das organizações a que pertenciam. O funcionamento de escolas com a primeira fase do ensino fundamental nos acampamentos e assentamentos era uma grande conquista. Mas não havia um segmento a partir daí e os jovens tinham que se deslocar para a cidade, caso quisessem continuar os estudos. É diante deste contexto que as famílias começam a se mobilizar para criação de uma escola no campo e para o campo. Ou seja, que tivesse sua estrutura no campo, mas que o conteúdo também fosse voltado para as necessidades das famílias camponesas, em melhorar suas condições objetivas de vida.

A Escola Família Agrícola de Goiás surge desse processo de luta pela terra e pela reforma agrária e como instrumento de luta de fortalecimento da agricultura camponesa e familiar, uma vez que os agricultores camponeses assentados reivindicam uma escola voltada para a realidade do campo. [...] Ela nasceu da necessidade de uma escola que responde aos interesses, desafios e expectativas dos agricultores camponeses assentados que lutam para a permanência na terra. (JESUS, 2010, p. 110).

Entre 1989 e 1993 ocorreram visitas a experiências de EFA's consolidadas e em processo de consolidação, mobilização de famílias para contribuir na condução organizativa e política da escola, bem como o estabelecimento de parcerias políticas e financeiras para estabelecimento estrutural da Escola Família Agrícola de Goiás - EFAGO.

Conforme nos aponta Jesus (2010), as atividades escolares iniciam-se no ano de 1994.

Na perspectiva de uma escola viva de interação com a comunidade, a partir de 1994 iniciam-se as atividades escolares no Município de Goiás, uma escola com uma proposta pedagógica e metodologia diferenciada das escolas existentes no meio rural (p.112).

Ainda assim, não resolve o problema da formação descontinuada dos jovens do campo, pois o ensino médio só estava disponível na cidade. Então, “no ano de 2001, a pedido das comunidades rurais, a Escola implantou o Ensino Médio e Profissionalizante, (Técnico em Agropecuária)” (JESUS, 2010, p. 113).

Foi nesta escola que consegui intercalar estudo e contribuição no cotidiano da unidade de produção familiar, entre os anos de 1998 e 2005. Também foi nesta escola que houve o despertar para a militância nos movimentos sociais, como a Pastoral da Juventude Rural, em 2002, e no MPA a partir do final de 2003.

É nesse período que o MPA Nacional inicia os esforços para resgate do conceito de campesinato dentro dos movimentos sociais. Com esse horizonte traçado, o Movimento consegue reunir diversos estudiosos comprometidos com o tema para resgatar a história do campesinato brasileiro, o que resultou na publicação de dez volumes, conformando a Coleção História Social do Campesinato no Brasil, publicados em 2009, sob coordenação de Horacio Martins de Carvalho, Márcia Motta e Paulo Zarth.

Vários destes estudiosos dispuseram-se a viajar pelo país, onde havia camponeses organizados pelo MPA para se integrarem a espaços de formação junto a comunidades camponesas. Como foi o período em que acabara de me inserir na militância do MPA, fim de 2003, tive os primeiros contatos com a temática sobre o campesinato nas escolas de formação do MPA em Goiás. Principalmente sob assessoria dos professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Horacio Martins de Carvalho, e os educadores populares do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae.

Foi um período de internalização do conceito de agricultura familiar pelo governo e grande parte dos movimentos sociais, principalmente com base na tese de doutoramento defendida por Ricardo Abramovay em 1990. Quando o autor propõe o conceito de agricultura familiar como novo e moderno, com unidades de produção altamente tecnificadas e integradas ao mercado. Não poderia, desta forma, ser atribuído o conceito de campesinato a atual condição socioeconômica e produtiva das famílias que tem no próprio trabalho a produção de suas relações de existência, afinal “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como *camponesa*” (ABRAMOVAY, 1990, p. vii).

Mas os ensinamentos dos educadores nas escolas de formação e a prática militante nos revelava uma vida camponesa altamente precarizada, envelhecida e desassistida pelas políticas governamentais. A caracterização social e política por conceituações que pintam seu cenário de vida de forma menos árduo aos olhos do progresso, em nada alterou as condições objetivas que garantem sua reprodução social.

Tive a oportunidade de abordar esta temática no trabalho de conclusão do Curso de Tecnologia em Agroecologia, oferecido pela Escola Latino Americana de Agroecologia – ELAA. Ambos, tanto a ELAA, quanto o curso foram construídos pelos Movimentos ligados a Via Campesina. Por indicação do MPA foi onde me graduei de 2005 a 2009. Neste trabalho, Silva (2009), tratei mais pontualmente sobre a importância da produção leiteira na reprodução social do campesinato com foco nos municípios de Goiás e Itapirapuã, estado de Goiás. Foi possível constatar que, embora a atividade produtiva absorva produtos e realizem manejos tidos como

modernos, isso só aumenta sua dependência ao mercado industrial de alimentos, humano e animal, de máquinas e o mercado financeiro, por meio de acesso a créditos agrícolas governamentais.

Com investimento massivo do governo em busca da modernização das pequenas propriedades, no final do século XX, essas famílias passam a fazer alguns investimentos na produção leiteira, através do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Com esse recurso essas famílias passaram a fazer maiores investimentos na bovinocultura: compra de animais com maior aptidão leiteira; melhoria de pastagens; e infra-estrutura para facilitar o manejo dos animais. Com isso a pecuária passou a ser entendida como a atividade que produziria renda suficientemente necessária para que não necessitasse potencializar as demais, mas acabou proporcionando um grande endividamento das famílias.

Como consequência, essas famílias passaram a fazer a criação dos animais em sistema de monocultivo, privilegiando essa atividade perante as demais (Silva, 2009, p. 30).

Estas famílias em processo de endividamento, aumentando sua dependência ao mercado em suas diferentes frentes, produzindo para o mercado e comprando do mercado sua existência, seriam elas camponesas ou agricultoras familiares? Sua categorização conceitual em que altera suas condições de reprodução social? E mais: um conceito puro e fechado dá conta de toda a diversidade das famílias em questão?

No período tais indagações foram pouco aprofundadas. Até porque, não era foco do trabalho. Mas a possibilidade de investigar estas questões mais detalhadamente surgiu com o Mestrado em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe, fruto de parceria entre a Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, Universidade Estadual Paulista, e Via Campesina. Só que as famílias envolvidas neste trabalho compõem a base organizativa do MPA, condição que não foi possível no trabalho anterior e que aqui aparece como elemento de estudo.

O fato é que os conceitos tendem a ser mudados à medida que os sujeitos conceituados mudam. E, embora os conceitos tentem criar um padrão, é impossível aplicá-lo em todos os contextos. Ainda que se trate do mesmo sujeito, tem que se atentar para análise do contexto em que se encontra inserido. Inclusive, Shanin (2008) chama a atenção sobre o problema da abstração lógica, em criar parâmetros

com base em determinado contexto e tratá-los como regra. Ele comenta que a abstração “[...] pode ser muito útil para entender a realidade, mas se a tratarmos como se fosse a realidade, [...] não vai dar certo. A realidade não é assim” (SHANIN, 2008, p. 35).

Um dos fatores que contribuiu com a busca por novas definições ao conceito de campesinato são as recentes transformações no seu modo de viver e produzir, ocasionadas pela modernização da agricultura brasileira nos últimos quarenta anos. É importante que se diga que o entendimento de modernização agrícola, vivenciada no Brasil com mais intensidade a partir da década de 1970, não se traduz em transformações estruturais no campo, principalmente no que se refere a distribuição de terra, renda e tecnologia. Devendo ser compreendido como o progresso técnico da indústria, que resultou tanto na industrialização da produção agrícola, quanto dos produtos por ela consumidos. Compreender tais transformações e as relações de produção estabelecidas pelo campesinato dentro deste cenário é central para o trabalho proposto.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO GEOHISTÓRICA DE GOIÁS

Pretende-se apresentar perspectivas sobre a formação geográfica da região, agora conhecida como estado de Goiás, para ajudar contextualizar historicamente nosso estudo do período mais recente de ocupação e utilização da terra. Por isso, este capítulo está ordenado em partes que correspondem às fases cronológicas de seu desenvolvimento, de acordo com a relevância dos acontecimentos históricos.

1.1. OCUPAÇÃO EXPLORATÓRIA DE GOIÁS

Segundo Salles (1992), embora a ocupação exploratória dos portugueses em Goiás tenha se efetivado somente em meados do século XVIII, diversas bandeiras paulistas percorreram o território goiano anteriormente a este período, em busca de povos indígenas para comercializá-los mercados de escravos do comércio da produção açucareiro no nordeste e para as fazendas em São Paulo. Segundo Salles (1992)

A ocupação do espaço geográfico em Goiás deve-se a fatores vários que em grande parte coexistiram cronologicamente. Um desses fatores, de ordem econômica, decorreu, como é sabido, do interesse dos paulistas na preia de índios. Motivados pela necessidade de braços para o comércio açucareiro nordestino e para as suas próprias lavouras e o trabalho nas minas, próximas à vilas de Piratininga, os paulistas penetraram o sertão desde os primeiros tempos de colonização (p. 53).

Mesmo assim, é comum que se atribua a Bartolomeu Bueno da Silva o crédito de descobridor de Goiás nos anos 1720. Mas até que sua bandeira chegasse à região onde hoje se encontra a cidade de Goiás, diversas outras já haviam percorrido estas terras em busca de ouro ou em travessia para o Mato Grosso e Pará. Conforme nos aponta Palacín, Garcia e Amado (1995, p. 20)

Devido aos relatos e roteiros elaborados pelas primeiras entradas e bandeiras, no final do século XVII Goiás já era suficientemente conhecido dos paulistas. É, portanto, anacrônica qualquer referência a um

“descobrimento” da região no século XVIII. Contudo, convencionou-se atribuir o “descobrimento” de Goiás à bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (1722-1725), pois foi a partir dela que se encontraram as primeiras minas de ouro e se iniciou o povoamento branco e mestiço no território goiano.

Devido à descoberta e exploração das minas, o povoamento colonial de Goiás se deu de forma muito desordenada. Onde se encontrava ouro, ali se instalava um povoado. Mas à medida que o ouro se esgotava, ou as condições de exploração tornavam-se difíceis, tais povoados se extinguíam ou enfraqueciam populacional e economicamente, ao passo que outros povoados surgiam nas imediações das novas descobertas de ouro.

Desde o início, em 1726, até o auge da exploração aurífera, por volta de 1750, houve fluxo migratório significativo para a província Goiás. O período desde a descoberta, auge e decadência do ouro durou quase cem anos, conforme nos aponta Chaul (1997, p. 28)

A mineração propriamente dita teve vida breve em Goiás. Tem início em 1726, declinando após a década de 1750, que marca o apogeu da mineração em Goiás. O declínio da mineração pode ser observado por meio da arrecadação do quinto do ouro, que passa de 40 arrobas em 1753 para 22 arrobas em 1768 e desaba para 8 arrobas em 1788, para 4 arrobas em 1808 e chega à mísera 0,5 arroba em 1823.

Alguns autores, como Salles (1992), apontam a falta de conhecimentos e falta de investimentos refletidos nas práticas rudimentares de exploração das minas, como causas do declínio da produção.

O conhecimento elementar das rochas de teor aurífero somado à prática rudimentar de exploração determinou que, no início da mineração em Goiás, apenas as camadas de superfície fossem exploradas, não obstante já haver 30 anos de prática de trabalho aurífero nas Gerais, nas minas do Paranapanema, Curitiba, Paranaguá e Bahia (p. 61).

A melhoria nas condições de trabalho para aprimorar as técnicas de exploração não era central para a administração da Capitania. Afinal, “a legislação portuguesa referente às minas não se preocupava com a questão, mas sim com os resultados das coletas, e no que se relaciona com seus direitos e atribuições” (SALLES, 1992, p. 60).

Chaul (1997) complementa a defesa da autora citada acima quando aponta as razões pelo declínio na exploração de ouro:

Como principais razões apresentadas para se entender o declínio da mineração em Goiás, estão as técnicas rudimentares de extração e exploração das jazidas (ouro de aluvião), falta de braços para uma exploração mais intensa das minas, a carência de capitais e uma administração preocupada apenas com o rendimento do quinto (p. 29).

Pelas razões apresentadas, é possível compreender que o tempo de exploração de uma jazida era relativamente curto, pois sua produtividade decaía rapidamente. O que, de certa forma, não interferia nos rendimentos da administração da Capitania, pois à medida que as jazidas já estavam de difícil exploração, outras eram encontradas e novas explorações iniciadas. É o que aponta Palacin, Garcia e Amado (1995):

A produção, o total do ouro extraído, apresenta-se à primeira vista como o aspecto fundamental, espécie de síntese, de todo o processo de mineração. Em realidade, porém, é um aspecto menos aparente a produtividade que comanda todo o processo mineratório. Uma produtividade alta desencadeia e mantém a corrida do ouro; ao decair a produtividade, a atividade mineira decai igualmente e, abaixo de certos limites de produtividade, cessa por completo (p. 86).

A redução da produtividade das minas acabou gerando novas transformações da região, levando diversas famílias a se mudarem para outras capitanias em busca do sonho de riqueza fácil com a mineração aurífera, ou se embrenharem no cerrado em busca de terras ainda não demarcadas, ou para viver sob tutela de donatários e fazendeiros, para garantir o sustento familiar com base na produção agrícola.

1.2. IMPORTÂNCIA DA AGROPECUÁRIA

Ao lado da produção aurífera, uma infraestrutura agropecuária também foi implantada em várias partes da capitania de Goiás. É claro que a atividade agropecuária não teve o mesmo impacto econômico da produção do ouro, mas foi a única forma de ocupação do solo da região que se deu de maneira “mais” permanente. Existe um debate sobre a época de implantação, onde alguns historiadores insistem em sua existência antes da onda de ouro e outros enfatizam

sua dependência no mercado da exploração aurífera. Para Estevam (1997), não havia uma tradição agropecuária em Goiás, pois o foco nas atividades agrícolas e pecuárias iniciou-se após início da exploração das minas de ouro.

Antes do descobrimento de ouro em Goiás inexistia modalidade produtiva no território que não fosse a dos silvícolas nativos. Mesmo as pequenas pastagens extensivas de gado surgiram com a mineração nos primeiros núcleos de assentamento (p. 12).

É claro que Estevam se tomou em uma contradição, sendo que os povos que ocuparam a área há séculos – os povos indígenas Goyá, Araé, Crixá e Araxá – já praticavam agricultura. Inclusive, Bertran (2011) discorda de Estevam quando defende a história de Goiás anterior a chegada dos bandeirantes para exploração das minas de ouro. Ele afirma que “[...] quando, em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva Filho adentrou a região já encontrou sinais de gado [...] Nas bordas de Goiás e Tocantins a pecuária antecedia a mineração...” (BERTRAN, 2011, p. 64).

Chaul (1997) comunga com esta posição de Bertran (2011) quando salienta que:

Dentro da expansão pecuarista goiana, é importante destacar que a agropecuária, como um todo, sempre existiu em Goiás, mesmo preterida em detrimento do ouro por ser considerada como atividade econômica complementar ou secundária. Desenvolveu-se longe ou perto das minas, sendo na maior parte do período aurífero, como era natural, uma atividade subsidiária da mineração. Não lhe era dada a atenção merecida, pois o ouro ofuscava qualquer outra atividade (p. 87).

A transição da economia aurífera para agrária, com foco principal na pecuária, se deu pelo fato de haver grandes extensões de terras livres e quase desabitadas, cobertas por pastagens naturais abundantes¹. O que exigia poucos investimentos que, em geral, eram necessários, principalmente, na compra de animais, de sal, e na construção das instalações de manejo. Tal situação era bem distinta dos investimentos necessários para exploração aurífera, cercada de impostos, de investimentos em força braçal, somado a insegurança das variações de

¹ A maior parte do cerrado goiano é composto por vegetação de porte baixo e de distribuição esparsa. Exceto no caso do mato grosso goiano, onde havia floresta e nas matas de galeria e matas ciliares. Somente a partir da “revolução verde” é que são introduzidas pastagens exóticas. É o que aponta Silva (2009), quando descreve relato de famílias que comporam o objeto de sua pesquisa: “algumas famílias comentam que naquela época ninguém plantava capim, sendo a base da alimentação do gado o Capim Jaraguá, Capim Gordura e o Colômbio nativos” (p. 28-29).

produtividade. É o que leva Salles (1992), referindo-se ao norte do estado de Goiás, a concluir que a pecuária era mais viável que a escassa produção de ouro, quando afirma que “[...] a vida pastoril compensa a menor extração de ouro do Norte” (SALLES, 1992, p. 69).

É importante salientar que a pecuária mencionada acima foi praticada em larga escala por fazendeiros que, diga-se de passagem, eram os mesmos antigos donos das lavras de ouro. Ou então, ocupante de algum cargo público privilegiado, como aponta Chaul (1997, p. 86)

Os administradores provinciais já haviam ocupado, desde o auge da mineração, as melhores terras, deixando aos migrantes a opção de se estabelecerem nas proximidades dos caminhos que ligavam Vila Boa a Minas e/ou Bahia.

Sobre a ocupação das terras em Goiás, pode-se dizer que “antes 1749 – ano em que Goiás se constitui em Capitania separada de São Paulo – os governadores foram condescendentes quanto às posses” (PALACIN; GARCIA; AMADO, 1995, p. 112). Com isso, “o lavrador e o criador assumiam o domínio da terra, sem legalizá-la, a não ser que fosse produtiva e tivesse veios minerais nas proximidades” (SALLES, 1992, p. 63).

Com base em Salles (1992), pode-se dizer que durante o auge aurífero, a ocupação das terras era livre e abundante. Com a decadência do ouro, aumenta o interesse pela terra, levando grande número de posseiros a requerer o registro de suas propriedades. Mas ainda havia “o lavrador independente, sem preocupação com títulos de propriedade, sem recursos para construir engenhos, apoderava-se delas à margem da lei [...]” (SALLES, 1992, p. 63).

Baseando-se no cenário apontado acima, chega-se a conclusão de que, ao longo do século XVIII, houve distintas formas de ocupação das terras em Goiás: grandes fazendas, com foco na pecuária, e pequenos sítios focados principalmente na produção agrícola.

Os relatos apontam que vários pequenos sítios eram ocupados por lavradores independentes, que não dispunha de recursos para possuir lavras de ouro ou escravos para trabalharem em seu favor. Eram camponeses. Dispunha da força de trabalho familiar para produzir o sustento e algum excedente para adquirir bens essenciais. Chaul (1997) traz um pouco deste contexto quando afirma que:

Aos 'desordeiros da fé', homens sem posse, severinos de morte e vida das terras sonhadas, restavam áreas distantes dos centros urbanos. Terras devolutas recebiam ranchos de arquiteturas sertanejas, símbolos de posse, marcas da ocupação fincados na imensidão de Goiás (p. 86).

Bertran (1997) ao apresentar o trabalho de Chaul (1997), trás detalhes sobre o modo de vida e da econômica camponesa daquele período:

[...] já era eminentemente, desde fins do século XVIII, uma sociedade de economia agrária, uma economia de subsistência agrícola, no que pese a conotação negativa da palavra subsistência, à qual prefiro o conceito de economia de *abastância*. *Abastância*, de bastante, diferente de abundante. Plantava-se o que se ia comer, beber e vestir. Se algo sobrasse era para gastar em festas e coisas suntuárias. [...] Nada era urgente ou inadiável a não ser libertar o tempo para o ócio, para as inúmeras festas do campo ou do arraial a sociabilidade do tempo -, para pescarias e caçadas, enfim numa palavra, para o exercício dos prazeres de uma vida simples (BERTRAN, 1997, p. 13-14).

Palacin, Garcia e Amado (1995) complementam a Chaul (1997) quando comentam que:

A agricultura, embora presente desde o início da colonização, não chegou a contribuir de forma expressiva para a pauta de exportações, servindo basicamente ao abastecimento interno e, durante o período de decadência da mineração, ao auto-sustento das famílias. Pequenos sítios, onde eram criadas algumas cabeças de gado e plantados gêneros básicos, marcaram Goiás; possivelmente, constituíram a origem de dois segmentos sociais muito distintos entre si, que se configurariam plenamente ao longo do século XIX: grandes proprietários rurais e camponeses (p. 86).

Enquanto a ocupação dos pequenos sítios pelos camponeses tinha foco básico no autossustento, com o declínio das minas os donos das lavras passam a enxergar na terra a opção mais viável para investir o que ainda restava do ouro. Então a terra passa de meio de vida, a meio de acumulação e poder. Principalmente a partir do século vinte, com o escoamento da produção por meio da estrada de ferro.

1.3. OS TRILHOS DA MODERNIZAÇÃO

Por falta de dados sobre a produção para autoconsumo, após o declínio da exploração aurífera, diversos autores consideram o século XIX em Goiás como sem história. Isso porque quase não se tem registros de acontecimentos marcantes neste período. Geralmente há um salto nos trabalhos de quem se dedicou a estudar a história de Goiás do período pós-aurífero, com relatos da importância da agropecuária para o dinamismo da economia goiana e, posteriormente, já se adentra no século XX para a construção da Estrada de Ferro Goiás, no Sudeste do estado. Então, há o maior silêncio sobre o período que, talvez, tenha sido o de maior riqueza no que se refere a constituição do campesinato goiano.

Até a chegada dos trilhos da ferrovia ao Sudeste goiano, em 1913, pouco se exportava devido às dificuldades de transporte. As relações comerciais com, principalmente, sul e Sudeste do Brasil se restringiam basicamente com o escoamento de excedente da criação bovina, por meio das estradas boiadeiras. Em geral as viagens eram muito longas e a perda de peso dos animais, que resultava na queda do seu preço final, quase não compensava seu transporte.

Criado extensivamente nas pastagens naturais do cerrado, o gado, por ser uma mercadoria que se auto-transporta, foi a única mercadoria regional exportadora em escala considerável para outros Estados. Além da baixa qualidade do rebanho, as boiadas sofriam grandes perdas nas longas caminhadas e muitas vezes o boi só podia ser vendido magro, uma vez que na viagem perdia parte do peso e tinha de ser invernado antes de ser abatido, reduzindo ainda mais, sua competitividade do mercado (BORGES, 2000, p. 51).

A região Sudeste de Goiás foi onde houve as maiores alterações no cenário produtivo, principalmente com relação à produção agrícola. Possibilitando a transformação da região na maior produtora de grãos do estado, conforme salienta Matos (2012), quando comenta sobre as transformações agrárias em Goiás no século XX:

A paisagem do Sudeste Goiano teve grandes mudanças com a presença de quilômetros de trilhos cortando o Cerrado, promovendo maior fluxo de pessoas e mercadorias. As tropas e carros-de-boi, principais meios de

transporte da época, que não foram radicalmente extintos com a chegada da ferrovia, aos poucos, foram lhe cedendo lugar. A paisagem também foi modificada por meio da expansão de lavouras, porque, com a chegada do sistema ferroviário, ocorreu o aumento da produção, tornando essa região a maior produtora de grãos do estado de Goiás (2012, p. 189).

Mas, embora a Estrada de Ferro Goiás tenha se estendido somente na região Sudeste do estado, seu impacto não se restringiu ao alcance de seus trilhos. Ela possibilitou a consolidação da economia agrária goiana por meio do escoamento da produção. Com a diminuição do tempo de transporte das mercadorias, a ferrovia também desempenhou importante papel na industrialização da produção goiana, inclusive de carne.

Ainda que, de modo geral, a ferrovia tenha alavancado a agropecuária goiana a agricultura foi a que mais sofreu alterações. Isso porque a pecuária já possuía foco nos mercados do Sudeste. E, como já comentado, eram transportados por vaqueiros em longas caminhadas até os abatedouros de São Paulo, principalmente. Já a agricultura, era praticada em pequena escala com pouco, ou quase nenhum, foco no mercado. Isso porque a decadência do ouro provocou um esvaziamento populacional, principalmente, nos centros urbanos. Como a maioria das famílias que permaneceram em Goiás passaram a dedicar-se a produção para autoconsumo, então praticamente não havia a necessidade de um mercado para intermediar a relação entre produtores e consumidores. A produção poderia ser transportada a cavalo, ou por meio de carro de bois, para outros estados, mas a capacidade de carga não compensava a viagem. Além de contar com possíveis imprevistos causados por intempéries naturais. É o que aponta a historiadora Ana Lúcia da Silva (2005), em sua obra *A revolução de 30 em Goiás*:

Até o ano de 1911, para vencer as longas distâncias, Goiás contava com dois meios de transporte: a tropa, com capacidade de carga limitada por volumes, e o carro de bois. [...] O transporte de bens perecíveis tornava-se praticamente impossível. O preço dos fretes, pela demora da viagem e pelos custos de alimentação do pessoal e dos animais, tornava-se extremamente alto, colocando os produtos goianos em situação desfavorável nos mercados consumidores. O lucro dos produtores goianos era tão reduzido que praticamente não valia a pena exportar produtos agrícolas (p. 94).

Produzir para os mercados do Sudeste era inviável devido à carência de transporte.

“com o advento da ferrovia, em se tratando da economia o estado de Goiás elevou a produção agrícola, tendo o arroz como principal produto. Os municípios do Sudeste Goiano, assim como os municípios próximos aos mercados consumidores do Triângulo Mineiro, tiveram a maior participação na produção agrícola do estado” (MATOS, 2012, p. 195).

Vale mencionar que o impulso dado à economia agropastoril não se deve exclusivamente a construção da ferrovia, pois, como já mencionado, a pecuária e a agricultura coexistiram com a mineração: a pecuária mais fortemente desenvolvida no norte do estado e a agricultura ao sul. De forma que a distância dos centros produtores de alimentos, em geral o Sudeste, e a falta do desenvolvimento da economia agrária em Goiás fazia com que os preços subissem exorbitantemente. Então, a produção com foco quase que exclusivo no abastecimento interno era a estratégia usada para baratear o custo dos produtos, principalmente alimentos.

Além da dificuldade de transporte e incentivo à industrialização da produção agrícola para fins comerciais, Borges (2000) aponta fatores que dificultaram o desenvolvimento agrícola em Goiás:

[...] a produtividade agrícola era muito baixa e concorriam para isso, o incipiente grau de desenvolvimento das forças produtivas, a pouca fertilidade do solo, as relações de trabalho que desestimulavam a produtividade da mão-de-obra, a concentração da propriedade da terra e, principalmente, a falta de meios de transporte modernos que permitisse a exportação para outros Estados, em escala considerável sem onerar demasiadamente os preços dos produtos (p. 52).

Então a Estrada de Ferro Goiás contribuiu no sentido de diminuir o tempo gasto no transporte da produção e consolidar a economia agrária de subsistência em economia agrária de mercado.

1.4. O MOVIMENTO DE 1930

Desde a proclamação da república, em 1889, até o movimento de 1930, Goiás esteve alicerçado politicamente em um regime coronelista liderado por,

principalmente, duas oligarquias: os Bulhões, de 1889 a 1912; e os Caiado, de 1912 a 1930. É o que aponta Silva (2005):

As lutas políticas inter-oligárquicas em Goiás, na Primeira República, podem ser divididas em dois grandes períodos: o primeiro vai de 1889 a 1912 e se caracteriza pelo domínio familiar dos Bulhões; o segundo, de 1912 a 1930, se caracteriza pelo domínio também familiar dos Caiado (p. 60).

Conforme pode ser notado no trabalho da autora citada acima e, mais especificamente, no trabalho intitulado *Coronelismo em Goiás* do cientista social Francisco Itami Campos (2003), o coronelismo vivenciado em Goiás de 1889 a 1930 deve ser compreendido não somente como uma relação de produção entre um fazendeiro abastado e seus agregados, mas como um “[...] fenômeno político que expressa a dominação econômica, política e social de uma comunidade por um chefe político [...]” (p. 15).

Vale mencionar que o poder dos coronéis em Goiás não surge com a queda da monarquia. Tal poder já era exercido localmente, inclusive, pela transferência de responsabilidade de gestão, por parte da monarquia, a representantes políticos com prestígio local. Mas, ainda assim, os fazendeiros não detinham tanta autonomia como quando da proclamação da república.

Com a proclamação da república, o que Campos (2003) chamou de pacto coronelista passou a dominar todos os setores da política estadual. Localmente, os coronéis, sob aprovação das oligarquias estaduais, tinham controle absoluto da população. Vale mencionar o coronel que representava politicamente o município, mas não era somente o que ocupava cargo público que detinha o poder local. Todos os fazendeiros eram tratados como coronéis e agiam como tal, seja o aprisionamento de trabalhadores em regime de semiescravidão, ou coação e manipulação do eleitorado para que votasse nos candidatos de sua preferência.

Inclusive, uma das mudanças provocadas pela constituição proclamada pela república em 1891 foi a suposta expansão do voto. Criando-se uma falsa ideia de que o poder passa para as mãos do povo, afinal, a partir de então o povo escolheria suas lideranças. Segundo Silva, na prática, o voto não alterou as estruturas de poder, pois os coronéis definiam os votos localmente e em diversas ocasiões, votavam em nome do eleitorado.

A Lei Eleitoral nº 14, de 20 de julho de 1892, promulgada sob o domínio dos Bulhões, dava margem, em alguns artigos, ao surgimento de fraudes e duplicatas de autênticas, o que deu origem a uma série de conflitos entre grupos dominantes na luta pelo poder político (SILVA, 2005, p.64).

Segundo os estudiosos, até 1930, não havia em Goiás disputas pelo poder político eleitoral entre grupos sociais distintos. Até porque, o campesinato estava sob tutela dos coronéis, o que dificultava sua transformação em força política e o proletariado praticamente inexistia. O que havia era uma disputa inter e intra-familiar por dentro da classe dominante para manutenção dos cargos, altos e baixos, no poder público. Como já mencionado, esta disputa esteve restrita ao oligopólio familiar dos Caiado e dos Bulhões. O domínio destas famílias em Goiás no período conhecido como República Velha foi praticamente inabalado. De modo que, “não existindo uma diferença econômica acentuada entre as diferentes regiões de Goiás, as divergências políticas giravam em torno da busca do controle do poder político por esta ou por aquela facção oligárquica” (SILVA, 2005, p. 85). A manutenção do poder destas famílias se dava porque

Numa sociedade como a goiana, em que as relações de produção atavam os produtores diretamente aos proprietários dos meios de produção, não lhes permitindo sair das condições de trabalho que lhes eram impostas, em que os outros setores sociais não existiam com força social, o predomínio das oligarquias era absoluto. Tendo a dominação uma estrutura de tipo patrimonialista, o controle do aparelho do Estado permitia, de forma mais eficaz, manter a hegemonia diante de toda a sociedade, tendo em vista que a partir dele, se passava a contar com os cargos, com o erário, com a força policial, com as leis e com o sistema educacional, como massa de manobra política para a perpetuação no poder (SILVA, 2005, p. 50).

Já que o principal “meio de produção” da época foi a terra, a prática política então imposta significava a supressão da expressão política do campesinato. Campos (2003) também acrescenta que mantinham o poder, “manipulando recursos orçamentários, bem como através de uma política conservadora de manutenção do atraso” (p.73). Extrai-se daí que o pouco desenvolvimento social e econômico de Goiás durante décadas não se deu por falta de condições, mas por opção política de controle social para manutenção do poder.

Entre os políticos acusados de obstar o progresso de Goiás destaca-se José Leopoldo de Bulhões Jardim, de reconhecido prestígio no âmbito federal, tendo sido ministro da Fazenda por duas vezes e senador da República até 1918. 'Quanto pior, melhor teria sido o seu lema, para defender a manutenção do atraso, como forma de dominar o Estado (CAMPOS, 2003, p. 76).

No entanto, a existência da estrada de ferro no Sudeste de Goiás, já tratado anteriormente, fez com que a região passasse a se desenvolver em ritmo diferenciado das demais. De modo que nas proximidades do alcance dos trilhos houve um grande crescimento econômico e demográfico em contraste com o cenário estadual. Conseqüentemente, a partir da segunda década do século XX "os grupos oligárquicos do sul e sudoeste começaram a reivindicar um poder político que correspondesse a seu poder econômico" (SILVA, 2005, p. 111).

Então inicia-se uma disputa pela sucessão do poder em Goiás, com intenção clara de interromper o oligopólio caiadista. Processo parecido estava acontecendo simultaneamente a nível nacional com o enfraquecimento da relação entre Minas e São Paulo para sucessão presidencial. Aliado a estes fatores, soma-se a crise mundial de 1929 que forçou o governo a abandonar os incentivos a produção e exportação de café.

Tanto no plano nacional, quanto estadual, não havia classes distintas em disputa pelo poder. Era apenas a classe dominante disputando a rotatividade eleitoral. Segundo Silva (2005), "a disputa sucessório colocou provisoriamente em campos opostos diferentes grupos oligárquicos, sem distinção programático-doutrinária, ideologicamente homogêneos, todos tendo como base de seu poder político a economia agrária" (p. 119). Desta ruptura, é criada a Aliança Liberal, em 1929, pelos grupos opositores de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba. Pela proximidade com Minas, as oligarquias do sul e sudoeste de Goiás aderiram maciçamente ao programa da Aliança Liberal.

A nível nacional, Silva (2005) salienta que o programa da Aliança Liberal, e o programa do Partido Republicano Paulista, ora no poder, não possuíam grandes disparidades. Não havia uma proposta de alteração nas relações sociais, políticas e econômicas no centro do poder vigente. Mas quando Vargas assume o poder, propõe ações que iam além do programa de governo quando disputou as eleições em 1930, o que leva São Paulo a levantar em revolta em 1932.

Luís Carlos Prestes, quem passaria a ser considerado líder do Partido Comunista do Brasil – PCB – em 1934, salientou bem a falta de disparidades entre os programas apresentados pelos partidos que estavam em disputa pela presidência do país, em seu “Manifesto de Maio”, escrito em 29 de maio de 1930:

Mais uma vez os verdadeiros interesses populares foram sacrificados e vilmente mistificado todo o povo, por uma campanha aparentemente democrática, mas que no fundo não era mais do que a luta entre os interesses contrários de duas correntes oligárquicas, apoiadas e estimuladas pelos dois grandes imperialismos que nos escravizam, e aos quais os politiquinhos brasileiros entregam, de pés e mãos atados, toda a Nação (PRESTES, 1930).

Prestes, além de romper com o tenentismo em seu “Manifesto de Maio”, ainda faz duras críticas ao programa da Aliança Liberal, recém derrotada nas urnas, salientando que embora estivesse compostas por “revolucionários sinceros”, não havia consolidado uma proposta de transformação profunda nas estruturas políticas, econômicas e sociais do país:

A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição e moeda estável e outras panacéias, nada resolvem, nem podem de maneira alguma interessar à grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes (PRESTES, 1930).

Chega-se a conclusão de que o manifesto de Prestes (1930) tem total aplicabilidade ao cenário goiano no que se refere às intenções eleitoreiras dos aliancistas, quando comenta sobre “uma simples mudança de homens”.

Como as oligarquias que estavam no poder dificilmente, tanto no plano federal quanto estadual, eram derrotadas nas urnas, pois o aparelho estatal era usado para manutenção no poder, então, tanto para presidência do Brasil, quanto para presidência do estado de Goiás, os aliancistas foram derrotados nas urnas.

Mas como a insatisfação já se generalizava, os aliancistas se recusaram a aceitar o resultado das eleições e lançaram mão de armas para tomada do poder em outubro de 1930. No plano nacional, os aliancistas criaram um governo provisório

chefiado por Getúlio Vargas, então candidato vencido a presidência. Pondo fim, assim, a República Velha e a política do café com leite. Em Goiás é derrotada a oligarquia caiadista, no poder desde 1912, sendo nomeado por Vargas o representante das oligarquias do sudoeste do estado, como interventor federal, Pedro Ludovico Teixeira.

Mas o que o movimento de 1930 trás de mudança na configuração do poder em Goiás? Segundo Silva (2005), do ponto de vista conjuntural, o cenário goiano é pouco alterado, mas do ponto de vista estrutural da organização política em Goiás há mudança significativa. Com a constituição de um poder centralizador nacionalmente, as oligarquias estaduais começaram a perder grande parte de sua total e irrestrita autonomia política.

[...] não existindo em Goiás outras forças sociais com as quais as oligarquias tivessem de repartir o poder após 1930, o Estado não sofre alterações em seu conteúdo de classe. Ele continua favorecendo as oligarquias. Estas continuam como as únicas beneficiárias da política econômica do Estado. [...] O que elas perderam foi a capacidade do controle direto do poder político, uma vez que passaram a depender, em suas decisões, do poder central (SILVA, 2005, p. 135).

A partir de então, Goiás passa a integrar os planos nacionais de modernizar as formas de acumulação, por meio da criação e fortalecimento de instituições financeiras que possibilitassem a acumulação por meio da indústria, ou melhor, a agroindústria.

1.5. MODERNIZAÇÃO EM GOIÁS

A partir de 1930, há um ligeiro processo de industrialização do Sudeste brasileiro, principalmente São Paulo. Segundo Bezerra e Cleps Junior (2004), com a demanda crescente por força de trabalho, era considerado necessário que o custo de vida fosse barateado, principalmente no que se refere à oferta de bens de primeira necessidade, como alimentos. Como politicamente Goiás ainda estava alicerçado sob os mandos coronelistas e, economicamente, basicamente voltado a produção extensiva de gado, era necessário um programa de colonização deste

estado, tido como vazio, para alimentar a demanda do Sudeste. Para que esta demanda se cumprisse, era necessário “modernizar”, principalmente, as bases produtivas do estado.

Com base em Sauer (2002), as iniciativas no sentido de “modernizar” Goiás era um claro esforço de rompimento com as tradições.

O termo *modernidade* é frequentemente utilizado para caracterizar um período histórico que surgiu com o Renascimento num contraponto à Antiguidade. O advento da *modernidade*, no entanto, mais do que o estabelecimento de uma época, representou uma ruptura com a tradição, criando uma sensação de se viver em tempos totalmente novos (SAUER, 2002, p. 81).

No sentido de implantar um novo modelo de desenvolvimento em Goiás, era necessário romper com as tradições construídas historicamente, tanto nos planos políticos e econômicos, quanto nos sociais. Neste cenário de mudanças, a construção de Goiânia, na década de 1930, foi uma das primeiras grandes ações para tirar o poder das oligarquias locais e implantar um novo modelo de desenvolvimento econômico para o estado. Como o interventor federal em Goiás pertencia às oligarquias do Sudeste do estado, tirar a capital de uma região que representava as oligarquias depostas e implantá-la em uma região próxima ao polo de desenvolvimento do estado e aos trilhos da Estrada de Ferro Goiás, era uma forma de romper com as tradições e criar um novo centro do poder. Para Silva (2005), Goiânia “trava-se de criar uma capital para o sul e sudoeste goianos” (p. 149).

Acrescenta-se, ainda, ao cenário de mudanças em Goiás, em decorrência das demandas do Sudeste, a política nacional colonização do governo de Vargas na década de 1940. Tal política ficou comumente conhecida como Marcha Para o Oeste. Para Pessoa (1997) a Marcha Para o Oeste desempenhou papel fundamental na expansão da fronteira agrícola nacional e na absorção de excessos populacionais de outras regiões, num claro esforço de conter conflitos por terra e trabalho. Em suas palavras:

[...] as verdadeiras razões da Marcha Para o Oeste, especialmente quanto à criação das colônias agrícolas, eram: a abertura de frentes fornecedoras de

produtos alimentícios mais baratos para os centros urbanos emergentes e a contenção de conflitos sociais já verificados em outras regiões do país [...]. Portanto, com a Marcha Para o Oeste, Goiás foi incorporado ao processo produtivo nacional como fornecedor de gêneros alimentícios e matérias primas e, principalmente, como absorvedor dos excedentes populacionais de outras regiões do país. (PESSOA, 1997, p. 36-37).

A Marcha Para o Oeste promoveu um salto no fluxo migratório para Goiás. Mas com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG –, por força do Decreto nº 6882 de fevereiro de 1941, o governo não cumpriu com todas as disposições previstas no Decreto nº 3.059 de fevereiro de 1941, que dispôs sobre a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, onde estava previsto, conforme síntese de Castilho (2012), que:

O Decreto-Lei n 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, que estabeleceu a criação das Colônias Nacionais, exigia desbravamento; ocupação do espaço geográfico; organização e emancipação. Também traçou regiões ideais (com condições de solo e açudagem); estabeleceu o tamanho dos lotes a serem distribuídos (entre 20 e 50 hectares – devendo preservar 25% da vegetação original); exigiu a fundação de uma sede, instituições de ensino agrícola primário, instalações de indústrias de beneficiamento agrícola e cooperativas de produção para venda e consumo dos produtos. A construção de residências também constava no decreto, assim como sua distribuição, que deveria privilegiar famílias com muitos filhos (mínimo de 5) (CASTILHO, 2012, p. 119).

De fato houve grande fluxo migratório para Goiás, promovendo a expansão da fronteira agrícola e um conseqüente aumento da produção agrícola. Mas isso não se deu pelo esforço governamental em garantir condições de vida e trabalho para as famílias migrantes. Segundo Neiva (2005, p. 2),

Os homens e mulheres que migraram para a CANG realmente encontraram a terra anunciada pelo Governo, mas também uma série de carências que iam desde a insuficiência de bens, serviços e assistência que legalmente cabia à Administração fornecer-lhes gratuitamente, até os mecanismos clássicos de subordinação do campesinato, dos quais a tutela governamental não os livrava.

Segundo a autora citada acima, foram as estratégias de reprodução social do campesinato que garantiu êxito a colonização em Goiás, com a organização dos interesses locais ao longo do tempo: “Inicialmente são as trocas de dias e a

cooperação nos mutirões para desbravamento, preparo da terra de trabalho, abertura de picadas, destocamento, piqueteamento, plantio, colheita” (NEIVA, 2005, p. 3).

De acordo com Borges (1996), por meio das intervenções governamentais, Goiás transforma-se num importante centro de produção de bens primários, mas há pouco desenvolvimento da indústria. No que se refere a produção agropecuária, novos padrões começam a ser estabelecidos, por meio de pesquisas e assistência técnica. Como resultado, começaram a serem inseridos maquinários motomecânicos e insumos industrializados no campo. Assim, neste momento histórico, o papel indicado pelo governo para o estado foi de produtor agrícola e consumidor de produtos industriais – máquinas e químicos.

Borges (2000) afirma que até meados de 1960 a criação bovina em Goiás tinha sofrido pouca alteração do ponto de vista produtivo, pois embora o rebanho goiano atingisse seis milhões de cabeças, ocupando a quinta posição na produção nacional, a atividade apresentava baixos índices de produtividade. Um pouco justificado, segundo o autor, pela baixa capacidade de lotação das pastagens do cerrado, suportando em média um animal em cada três hectares.

A partir da década de 1960 a agricultura mundial começa a sofrer transformações de novos padrões produtivos que alterariam grande parte de sua estrutura de organização agrária. Mudanças essas que se conformou em um pacote tecnológico chamado de “Revolução Verde” ou “modernização” agrícola.

Segundo Görge (2004), um dos fundadores do MPA, as bases da “Revolução Verde” fundamentam-se no período pós Segunda Guerra Mundial. A ideia inicial era alcançar uma meta de acabar com fome mundial utilizando as novas tecnologias da época, com base em produtos do período da guerra, tais como venenos e equipamento pesado. Isso tudo patrocinado por investimentos massivos do governo e por grandes investidores internacionais. Borges (1996) relata:

Na relação entre o setor agrário e o industrial, os vínculos maiores se estabelecem, de início, da agropecuária para a indústria, cujos mercados se localizavam predominantemente nas cidades. Foi a partir de 1950 que o setor agrário passou, por sua vez, a constituir um importante mercado de produtos industrializados; primeiro, apenas para os bens de consumo, e depois, também para os de produção. A demanda de produtos industrializados por parte da massa de produtores rurais somente expandiu-

se mais tarde e gradativamente, com a destruição de sua auto-suficiente baseada na policultura alimente e no artesanato. Através desse processo, o setor industrial não apenas ampliou o mercado para seus produtos, como também fez com que os estabelecimentos agropecuários se especializassem e ampliassem cada vez mais a produção de bens primários. Por sua vez, essa especialização e a crescente produtividade que ela requeria ampliavam as condições de demanda no meio rural, expandindo o mercado de equipamentos e insumos básicos de origem industrial (p. 38).

A transformação drástica no cenário agrário goiano se dá a partir da década de 1970, com intervenção direta da ditadura, por meio de:

[...] investimentos em pesquisas e atividades agropecuárias, que oferecessem informações sobre a viabilidade técnica para a exploração dos solos do Cerrado, a partir da aplicação de várias técnicas de cultivo e créditos rurais destinados à aquisição de tecnologias agrárias, tanto para investimentos em maquinários, desmatamentos, correção da acidez dos solos de Cerrado (adequação do pH voltada às práticas de cultivos), como para custeio na compra de insumos modernos. (FERREIRA; MENDES, 2009, 18).

Tais investimentos foram feitos por meio da implantação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO – e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER. Destes, o primeiro foi o mais impactante ao cenário produtivo no estado. Já o segundo esteve mais focado no entorno de Brasília.

Vale mencionar que o POLOCENTRO não foi destinado de forma uniforme para o campo goiano, pois não teve incentivo às pequenas propriedades.

Os potenciais beneficiários do programa foram os produtores rurais tradicionais (proprietários de médios a grandes estabelecimentos), pessoas físicas ou jurídicas e, ainda, as cooperativas, os órgãos públicos e os empresários que se dedicaram à atividade agropecuária, assegurando a expansão da agricultura comercial no Cerrado. Entre os projetos aprovados, estão as fazendas com mais de 200ha (41,32 alq.) e, principalmente, as fazendas com mais de 1000ha (206,61 alq.) (FERREIRA E MENDES, 2009, 19).

Segundo os mesmos autores, Ferreira e Mendes (2009), desde sua implantação em 1975 até sua extinção em 1982 o programa contemplou doze áreas

de Cerrado divididas nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais.

As áreas selecionadas receberam recursos para investimentos em melhoria da infra-estrutura, totalizando 3.373 projetos aprovados, contabilizando um investimento de US\$ 577 milhões. Foi oferecido um generoso sistema de crédito subsidiado para os proprietários que desejassem investir na agricultura. O programa oferecia linhas de crédito fundiário, de investimentos e de custeio. As taxas de juros eram fixadas em níveis reduzidos, sem correção monetária e oferecia, também, longos períodos de carência (FERREIRA E MENDES, 2009, 19).

Tais investimentos resultaram no aumento da produtividade do trabalho, com uso de maquinário agrícola e nutrição de síntese química aos cultivos e criações. De forma que a demanda pela força de trabalho braçal foi diminuindo gradativamente. O que gerou uma conseqüente expulsão das famílias que viviam na condição de agregadas nas grandes fazendas. Em substituição ao seu trabalho foi incorporado o trabalhador temporário. Grande parte das famílias agregadas passou a morar nas pequenas cidades, mas continuaram trabalhando nas fazendas sob a condição de boia-fria.

As famílias camponesas que conseguiram comprar, ou legalizar a propriedade da terra, em geral com tamanho inferior a 200 hectares, não tiveram acesso aos recursos do POLOCENTRO. Deste modo, o campesinato teve que dispor única e exclusivamente de suas estratégias de reprodução, como ajuda mútua, produção para autoconsumo e a venda de algum excedente nos centros urbanos locais, ou para atravessadores que buscavam os produtos nas propriedades, como manteiga de leite, queijo, farinha, polvilho, arroz, milho, feijão, porco, etc.. Ao mesmo tempo, a grande propriedade, não de forma homogênea, vinha se modernizando por meio do incentivo governamental.

Com a “modernização” da grande propriedade, o campesinato que antes produzia apenas para manter a família, passa a produzir para manter os latifundiários e o mercado interno (GÖRGEN, 2004). Com o aumento das cidades, cresceu a demanda por alimentos, forçando os governos da época a reforçarem a política de colonização e expansão da fronteira agrícola nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, assentando camponeses em pequenas áreas de terras públicas (sob controle do governo). Com recriação camponesa por meio de assentamentos, o

governo consegue manter os mercados abastecidos com alimentos, dos excedentes da produção camponesa, para que a grande propriedade pudesse se especializar em monoculturas de exportação.

Pessoa (1997) afirma que graças a esses excedentes da agricultura camponesa, Goiás saiu de um marasmo econômico de mais de um século para uma grande extensão produtiva e populacional. Uma das estratégias que garante ao campesinato essa dinâmica entre consumo familiar e mercado, é o que Wanderley (2005) chama de sistema policultura-pecuária, conforme citado anteriormente, que vem se aperfeiçoando e gerando certo equilíbrio entre um grande número de atividades agrícolas e de criação animal.

Segundo Shiki (2005) a agricultura camponesa, com o processo de modernização no campo, acabou encurralada em áreas ecologicamente mais frágeis, com solos de baixa fertilidade e topos de morros. No entanto a policultura-pecuária familiar foi o que transformou o estado de Goiás na quarta maior bacia leiteira do Brasil, segundo IBGE (2008). Diante disso, várias indústrias lácteas como a Nestlé e Parmalat, instalaram-se em todo estado de Goiás para o processamento dessa produção. Como consequência, os antigos locais onde era feito esse processamento, em muitos casos em estabelecimentos familiares, foram extintos.

2. O CAMPESINATO EM GOIÁS

Trata sobre a territorialização do campesinato em Goiás e remonta suas trajetória nos diferentes momentos da conjuntura goiana. Tem a finalidade de compreender quais foram as formas de recriação camponesa, suas modificações e permanências até os dias atuais. Aborda também os atores de transformação social que conduziram o campesinato nas suas diferentes formas de reprodução social

2.1. FORMAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO EM GOIÁS

Em Goiás, a reprodução social do campesinato se deu de diferentes formas. Foram se desenvolvendo concomitantemente de acordo com as condições postas localmente. Tais condições se moldaram de acordo com as diferentes formas de posse e uso da terra, bem como pelas condições de desenvolvimento rural colocadas pelas administrações da capitania na época.

É importante ressaltar que a criação, ou surgimento, e reprodução social do campesinato esteve intrinsecamente ligado à agricultura e, em menor grau, à pecuária. Como já mencionado, o principal foco do trabalho e da produção era a manutenção das condições de vida da família, que não se limitava a alimentação, vestimentas e ferramentas, mas, também, “para o exercício dos prazeres de uma vida simples” (BERTRAN, 1997, p. 14).

Mas o desenvolvimento da agricultura em Goiás não foi fácil. Com base em Palacin (1976), pode-se apontar dois aspectos determinantes ao entrave do desenvolvimento da agricultura: o pouco interesse dos mineiros pelo trabalho agrícola e a legislação.

Como toda economia em Goiás, até o século XIX, era focada na exploração aurífera, ser mineiro era um *status* honroso na sociedade. Ao “roceiro” não era concedido tamanho reconhecimento, ainda que seu trabalho produtivo tenha sido vital para o desenvolvimento das minas. Vale mencionar que o “roceiro”, ou “lavrador” não aparece nas bibliografias consultadas na condição de vida camponesa: era um latifundiário dono de escravos, sesmeiro, quando obtinha o direito a posse por meio de sesmaria, ou posseiro, quando ocupava a terra sem

legalizá-la. Embora se olhasse com desprezo todos os demais serviços que não estivessem ligados a mineração, “[...] roceiro [...] só poderiam ser chamados os ricos [...]” (PALACIN, 1976, p. 109).

As propriedades eram determinadas pelas posses dos donos das lavras de ouro, que geralmente, cediam às famílias camponesas a fim de que produzissem comida para os escravos. Posteriormente estas posses eram legalizadas pelo requerimento de concessão de sesmaria. Consequentemente, o latifúndio se perpetuava e o campesinato, sem terra, usado para mantê-lo produtivo. É o que assinala Neto (2009, p. 27):

A Lei de Sesmarias deu certo em Portugal, de onde foi importada, mas no Brasil [...], em vez de corrigir o que estava errado, dificultou mais ainda o acesso à propriedade da terra por parte de quem realmente dela dependia para produzir e sobreviver – os camponeses. Outras leis que vieram em substituição a ela eram desprovidas de propósitos sociais – sobretudo a *Lei de Terras* de 1850 –, pois, no conjunto, reforçavam mais ainda o poder de concentração da terra por parte dos grandes proprietários, ou do próprio Estado. Indistintamente, por um lado, todas elas dificultavam – ou simplesmente proibiam – o acesso à terra a pequenos produtores familiares, enquanto que, por outro, reconheciam, fechando os olhos para as fraudes, como os pseudos direitos dos grandes proprietários sobre posses de dimensões ilimitadas.

É, principalmente, dentro das grandes propriedades que o campesinato passa a se constituir socialmente em Goiás. É claro que havia diversos sítios de lavradores independentes, que produziam para manutenção familiar e, em menor intensidade, para os poucos mercados existentes na capital e nas vilas próximas. Mas, com base em Brandão e Ramalho (1986), pode se afirmar que as fazendas desempenharam papel importante na transformação da força de trabalho escrava, aderindo ao trabalho livre.

Surge, então, neste período, uma nova classe difundida nos campos de criação de gado – a dos “agregados-servos”. Esta nova classe é composta de brancos, mestiços e dos escravos libertos, todos dependentes dos senhores rurais. No lugar da escaavidão dos negros, existe agora o “servo” que é a forma livre característica da pecuária de então (p. 87).

Nota-se que Brandão e Ramalho remetem à possível existência, ou resquícios do modo de produção feudalista em Goiás, no século XIX, quando propõem o

conceito de “agregados-servos”. No entanto, há que se considerar o fator mercado e a renda da terra nesta relação desigual. Embora os brancos e mestiços empobrecidos e negros libertos dedicavam dias de serviço e parte da renda obtida na produção agrícola aos latifundiários, o que poderia caracterizar uma relação de produção não capitalista, parte do produto do trabalho dos camponeses era destinado aos escassos mercados em Goiás e ao Sudeste brasileiro. De forma que quem trabalhava não se apropriava completamente da sua produção. Este excedente de produção em relação ao necessário para reprodução social da família camponesa, e repassado ao capitalista como forma de pagamento pelo uso da terra e, em muitos casos, pela moradia, é o que Oliveira (2007) chamou de renda da terra:

Esclarecendo melhor, o trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência. Assim, a renda da terra é uma fração da mais-valia, ou seja, é, mais precisamente, **componente particular e específico da mais-valia**. [...] Em sua forma menos desenvolvida, [...] ela é diretamente produto excedente, por exemplo, é a fração da produção entregue pelo parceiro ao proprietário da terra, como pagamento pela autorização que este lhe dá para cultivar a terra. Portanto, produto excedente é a parcela da produção além da parte necessária é [à] subsistência do trabalhador (p. 43 **[grifos do autor]**).

Assim sendo, a existência do “lucro extraordinário” (OLIVEIRA, 2007, p. 43) apropriado pelo latifundiário por meio do trabalho camponês caracteriza uma relação capitalista de produção, e não feudalista como pode-se apreender do conceito de “agregados-servos” de Brandão e Ramalho (1986). Além destes fatores, o campesinato não era propriedade do latifundiário. Era livre para optar em trabalhar nas terras de outrem ou não. É claro que na prática os camponeses viam-se obrigados a permanecer a serviço do “dono” da terra por gratidão ou por dívidas originadas por adiantamentos em dinheiro, ou por solicitar serviços, ou estabelecer negócios com proprietário que, na maioria das vezes, por coerção e violência, fazia valer sua autoridade.

Segundo Lisita (1996), a insuficiente força de trabalho fez com que os fazendeiros criassem condições para reprodução social do campesinato.

O poder dos latifundiários neste período de consolidação da ‘nova economia’ se baseava, sobretudo, na conquista das melhores pastagens.

Enquanto a sociedade litorânea era extremamente hierarquizada, a sociedade pastoril que se desenvolvia no 'sertão' aparecia socialmente mais diluída. Esta característica tinha como causa principal a insuficiente mão-de-obra disponível além da presença do 'vaqueiro' enquanto trabalhador livre. Em Goiás, o fazendeiro 'abria' uma posse, obtinha uma sesmaria e a entregava a um vaqueiro num regime de "quarteação" (p. 30).

Nos casos em que os latifundiários não eram de Goiás, ou era, mas vivia com sua família no litoral, a responsabilidade de cuidar da terra e dos rebanhos era dos agregados. Em troca, os agregados tinham parte da produção do rebanho, geralmente, um bezerro a cada quatro que nasciam – quarteação. Esta relação era pactuada por um contrato verbal e, por causa das ausências em muitos casos o fazendeiro mal sabia o nome de seus "agregados-servos". É o que aponta o engenheiro-jornalista Euclides da Cunha, em sua obra *Os Sertões* (1984), ao descrever a relação de parceria entre lavradores e fazendeiros no nordeste brasileiro, no fim do século XIX, mas que tem similaridade com o contexto goiano no mesmo período:

Graças a um contrato pelo qual percebem certa percentagem dos produtos, ali ficam, anônimos — nascendo, vivendo e morrendo na mesma quadra de terra — perdidos nos arrastadores e mocambos; e cuidando, a vida inteira, fielmente, dos rebanhos que lhes não pertencem. O verdadeiro dono, ausente, conhece-lhes a fidelidade sem par. Não os fiscaliza. Sabe-lhes, quando muito, os nomes. De quatro em quatro bezerros, porém, separa um, para si. É a sua paga. Estabelece com o patrão desconhecido o mesmo convênio que tem com o outro. E cumpre estritamente, sem juízes e sem testemunhas, o estranho contrato, que ninguém escreveu ou sugeriu (p. 61-62).

Em nota, Brandão (1977) classifica a sociedade agrária em Goiás em duas categorias para justificar a relação de subordinação e exploração no campo: agricultores e lavradores. A categoria de "**agricultor** identifica-se com o proprietário, quando ocupado com a lavoura de cereais. O lavrador é o "peão", seja ele empregado, agregado, ou parceiro" (p. 16)

O autor, citando a fala de um de seus entrevistados, ainda classifica economicamente a sociedade agrária goiana entre ricos e pobres:

Ricos são quase sempre os fazendeiros e são pobres os camponeses e trabalhadores braçais, urbanos ou rurais. Os ricos possuem propriedades e

podem “pagar pelo trabalho dos outros” durante todo o ano. São, portanto, aqueles que não precisam “trabalhar com o corpo” e sequer necessitam residir na fazenda. Os pobres são os que trabalham: a) sob o salário e o controle dos ricos, como seus empregados diretos; b) em parte das terras e ainda sob algum controle dos ricos, quando “meeiros” (como quase todos os negros parceiros) ou arrendatários; c) em seu “serviço próprio”, entretanto sem uma produção de excedentes suficiente para a venda, ou com uma venda insuficiente para reinversões relevantes na propriedade. São igualmente pobres os lavradores ou camponeses migrados para a cidade e transferidos para um “trabalho” ou “serviço” urbano braçal (BRANDÃO, 1977, p. 16).

A título de síntese, pode-se remontar a criação, recriação e reprodução social do campesinato goiano tutelado aos fazendeiros com base em, pelo menos, três identidades políticas: camaradas, parceiros, e agregados. As demais categorias apresentadas se devem, principalmente a auto-identificação dos camponeses nos trabalhos pesquisados, mas que de forma geral estão diluídas nestas três.

Os camaradas surgem em consonância com o fim da escravidão. Isso porque o trabalho assalariado não foi instituído de imediato. Então os trabalhadores livres se submetiam aos mandos dos latifundiários sem receber valores monetizados.

Camarada era qualquer trabalhador que fizesse um ajuste de trabalho com outrem para prestação de serviços na lavoura, pecuária, empreitadas de viagens e serviços domésticos. Mesmo que as relações de trabalho estabelecidas em lei fossem assalariadas, o salário nunca chegava às mãos do trabalhador, que estava constantemente endividado (SILVA, 2005, p. 41)

Na verdade o sistema de camaradagem manteve a relação de dependência entre latifundiários e camponeses. Ao adiantar certa quantia em dinheiro, ou ao fornecer gêneros alimentícios no mercado da fazenda, o fazendeiro estava aprisionando o trabalhador a seus mandos. Este sistema foi uma forma de evitar que os camponeses migrassem em busca de um espaço para morar e produzir na imensidão de terras livres em Goiás, pois só poderiam sair quando quitassem a dívida. No entanto, a cada vez necessitava de algum produto disponível no mercado da fazenda, ou de algum adiantamento do fazendeiro, a dívida só aumentava. E dificilmente era paga algum dia.

Outra forma de reprodução do campesinato em Goiás foi por meio da parceria. Era uma forma de arrendamento não capitalizado. O campesinato produzia

nas terras do latifundiário em troca de parte da produção. Em geral era a metade. Motivo pelo qual as famílias eram chamadas de meeiras. Também ocorria de o latifundiário ceder as terras para cultivo, “mediante a simples entrega de ‘pasto formado’ após dois ou três anos de uso da ‘terra alheia’” (BRANDÃO, 1977, p. 7).

No caso dos agregados, são homens, ou famílias livres que moravam nas terras dos latifundiários. Este sistema, inclusive, precede a abolição da escravatura em Goiás. O sistema de pagamento dos seus trabalhos era similar ao do camarada. A diferença primordial era a residência. O que lhe imputava a necessidade de ceder dias de trabalho ao fazendeiro, como forma de pagamento do aluguel da terra ao latifundiário pela “gratidão” por ter lhe concedido lugar de morar e produzir. Por essa “concessão” de residência o agregado tinha lealdade ao fazendeiro e trabalhava como um guardião das terras que não lhes pertencia.

Esta nova classe, os agregados, característica das regiões latifundiárias do 'sertão', era composta por brancos pobres, mestiços e escravos negros libertos. Todos dependentes do latifundiário. O trabalho livre, no entanto, e isso é importante sublinhar, só foi possível a partir do momento em que os latifundiários consolidaram a conquista das melhores terras (LISITA, 1996, p. 31).

Além destas formas de reprodução social do campesinato em Goiás, ainda havia “o lavrador independente” (SALLES, 1992, p. 63), que se adentrava em regiões livres de fronteiras jurídicas e longe dos mandos dos fazendeiros. Estas famílias viviam em constantes “trânsitos” (BRANDÃO, 1977, p. 11) de uma região a outra. Sua permanência se dava até que a área de cultivo não estivesse exigindo muito trabalho com limpeza e tivesse dando bons resultados produtivos. Quando chegava neste limite migravam para outras áreas onde pudessem proceder com a derrubada, queima e plantio.

Com base no modelo de organização da produção camponesa anterior ao século XIX, Teixeira Neto (2009) defende a inexistência, no período, de uma “economia camponesa” em Goiás:

Mais tarde [...] é que a fazenda tradicional foi tocada por braços familiares que não tinham recursos para pagar trabalho escravo. Aí sim, podemos, mesmo que timidamente, falar, senão de *economia camponesa* (que supões a existência de um mercado onde se comercializaria naturalmente os

produtos advindos da roça), pelo menos de *produção camponesa* de produtos básicos para auto-suficiência: carne, arroz, feijão, mandioca, milho, cana, rapadura, açúcar mascavo e, na surdina, cachaça. desse modo, se levado rigorosamente ao pé da letra, não houve no Brasil e em Goiás do passado [anterior ao século XX] uma economia tipicamente camponesa (p. 30, **grifo do autor**).

Continuando, o autor afirma que somente a partir das primeiras décadas do século XX é que passou a existir uma economia camponesa em Goiás:

[...] em Goiás, o que se poderia realmente chamar de *economia camponesa*, só veio aparecer mais tarde, a partir das primeiras décadas do século XX. Dois fenômenos marcaram esse processo: primeiro, a entrada de milhares de famílias migrantes, procedentes, sobretudo de Minas Gerais, à procura de terras para se instalar e produzir alimentos; em segundo lugar, a abertura das zonas pioneiras – espontâneas no início, como a ocupação do “Mato Grosso” de Goiás, [...] e, depois, comandadas pelo governo federal, com a criação e instalação da Colônia Agrícola Nacional de Ceres, no Vale do São Patrício (30-31, **grifo do autor**).

E conclui que existiu economia camponesa em Goiás, nas primeiras décadas do século XX, por se enquadrar dentro de três aspectos centrais apontados por Braudel:

1) a agricultura, que se integra a essa economia, representa a metade, ou mais, da produção total; 2) a metade, ou mais, da população estava engajada em tarefas agrícolas; 3) a metade, ou mais, da população dependia de famílias camponesas, por oposição às grandes explorações (p. 31)

A relação entre exploradores – fazendeiros – e explorados – camponeses – que já era bastante instável devido a constantes disputas por território, se acirram ainda mais com o programa do governo Vargas na década de 1940. A partir de então, a ocupação dos espaços “vazios” em Goiás foi amplamente incentivada e inicia-se um processo de modernização dos padrões produtivos na agricultura.

No campo ideológico, a modernização teve impacto direto sobre as famílias camponesas. Elas foram induzidas, por empresas de assistência técnica, técnicos de casas agropecuárias, meios de comunicação e a ofensiva de empresas multinacionais, a seguir o padrão das grandes propriedades, mesmo sem o aparato governamental necessário. Para a pesquisadora do Grupo ETC - Action Group on Erosion, Technology and Concentration –, Ribeiro (2003), a ofensiva de empresas

multinacionais impactou a forma tradicional de produção camponesa, criando assim uma dependência a recursos externos – insumos químicos e maquinário pesado principalmente.

Mas, mesmo diante a ofensiva de empresas multinacionais e não sendo tratado como prioridade nas políticas públicas, segundo Wanderley (1996) o campesinato vem conseguindo manter sua autonomia territorial, social e econômica frente ao modelo hegemônico. Graças a um sistema muito eficiente de criação e lavoura, formando um arranjo adotado no processo produtivo que combina um grande número de atividades agrícolas e pecuárias. Com base em Marques (2008), pode-se afirmar que essa dinâmica produtiva permite ao campesinato manter as exigências básicas do consumo familiar, independentemente das variações de mercado, pois devido a grande diversidade de excedentes produzidos, não sofre interferência direta quanto à oferta e valores mercadológicos.

A consolidação desta autonomia relativa do campesinato em Goiás se dá, em grande parte pela ajuda mútua existente dentro da comunidade camponesa e, conseqüentemente, pela sua organização para lutar por melhores condições de vida e de trabalho.

2.2. ORGANIZAÇÃO POLITICA DO CAMPESINATO EM GOIÁS

O fortalecimento do campesinato em Goiás, desde o ponto de vista econômico e político, é que vai criar as condições para sua organização política, principalmente, a partir da década de 1950, com atuação de lideranças do PCB² junto a lideranças da CANG, na organização das Ligas Camponesas, nas décadas de 1950 e 1960, e na revolta camponesa de Trombas e Formoso de 1950 a 1957. Outro importante movimento de organização camponesa, que teve atuação em

² Embora não tenha se dedicado exclusivamente à organização camponesa e, em alguns momentos, ter desacreditado na relevância política do campesinato, o Partido Comunista do Brasil (de 1922 a 1960) e Partido Comunista Brasileiro (de 1960 em diante) – PCB – desempenhou papel fundamental na politização da luta camponesa e na criação de organizações do campesinato brasileiro. Mas, vale mencionar, com base em Welch (2010), que por opção política de suas lideranças e pela busca de uma unidade nacional dos trabalhadores brasileiros “de 1920 até os anos de 1950, o PCB usou a palavra *camponês* como um termo genérico [...] nos anos de 1950, o PCB passou a falar sobre trabalhadores agrícolas e lavradores, fazendo distinção entre os assalariados e os agricultores familiares. Nos anos de 1960, o termo *trabalhador rural* passou a substituir *camponês* como um termo genérico” (p. 28 [*grifos do autor*]).

Goiás, foram as Ligas Camponesas vinculadas ao deputado federal Francisco Julião, organizadas no estado entre 1960 e 1963 quando as ligas perderam seu espaço político com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural e a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG – tida por Clodomir Santos de Moraes (2005), importante líder das Ligas Camponesas, como “o acontecimento mais importante da história do campesinato brasileiro” (p. 60).

Ianni (2005), salienta sobre a supressão das Ligas Camponesas por parte dos sindicatos criados por incentivo governamental:

[...] quando foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural, os sindicatos passaram a ser criados numa escala maior que as ligas, absorvendo muitas delas, em razão dos maiores recursos de organização e financeiros dos partidos políticos e movimentos sociais interessados em criar e desenvolver suas bases políticas (Partido Comunista do Brasil, Partido Trabalhista Brasileiro, Igreja Católica etc.) (p. 142).

O período da ditadura militar – 1964-1985 – foi rico no sentido da organização de trabalhadores pela defesa de seus direitos. O que culminou no surgimento de outros importantes atores de luta e organização social, do campo e da cidade, como o MAB, a CUT, PT e o MST (WELCH, 2009).

O MPA surge uma década após a derrubada da ditadura militar no Brasil. Tendo como seus principais nascedouros os estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Rondônia. O MPA foi organizado em função da crise do modelo de “modernização” agrícola, embasado no monocultivo, destruição dos bens naturais, por meio de do uso de maquinário pesado e venenos; além da constante expulsão de famílias camponesas do campo, em função da aliança entre latifundiários e empresas multinacionais da indústria química e agrícola.

O sindicalismo se distanciava cada vez mais dos camponeses, por meio de acordos com o governo que em nada resolviam os problemas do campo. O que agravou ainda mais as tensões foi uma grave seca que assolou o Sul do país na safra de 1995/1996, que levou milhares de famílias a conformarem o que ficou conhecido como acampamento da seca. Até então, a luta principal era para não perder o que haviam conquistado: a terra e toda a produção e história construída nela. Reivindicavam do governo um crédito emergencial para salvarem,

principalmente, suas criações, já que a lavoura já havia se perdido em função da seca.

Pela proximidade com o STR – praticamente todas as lideranças do acampamento da seca no sul do país, que resultou na organização do MPA, tem origem sindical –, o MPA que surge como um movimento de caráter reivindicatório. E pela por suas lideranças também serem parte das organizações de base da igreja católica por meio da CPT, e pela experiência de luta e conquistas do MST, o movimento passa a lutar por um projeto político de transformação da sociedade, com foco, principalmente, a partir do campo.

Com base em tal direcionamento político, em menos de dez anos de existência, de 1996 a 2006 o MPA se expande para 17 estados brasileiros.

2.3. MPA E O CAMPESINATO EM GOIÁS

Em 2002, agentes pastorais da CPT participaram da 1ª Festa Nacional das Sementes Crioulas, organizada pelo MPA em Anchieta/SC. Ao conhecer a experiência do movimento no estado que estava organizado, e conhecendo a carência organizativa vivida no período pelas famílias camponesas em Goiás, a CPT propõe a vinda de lideranças do MPA para apresentarem a proposta do movimento às famílias das comunidades camponesas em Goiás. Em 2003, a militância do movimento se reuniu em Ouro Preto/RO para realização do seu 2º Encontro Nacional. Diversas lideranças camponesas, juntamente com os agentes pastorais da CPT participaram. Estava germinando a semente do MPA em Goiás.

Chegando ao estado de Goiás em 2003, com propósito de organizar as famílias camponesas para lutarem por políticas públicas de emancipação social e melhoria das condições de trabalho, produção e comercialização de seus produtos.

Como as atenções governamentais estavam voltadas para as reivindicações pela reforma agrária, o campesinato tradicional via-se esquecido tanto pelos movimentos sociais, quanto pelo poder público. Com o surgimento do MPA, o campesinato tradicional passa a ter uma organização própria para lutar por suas pautas mais emergentes. A carência do campesinato goiano por uma organização

social que lhes representasse era tão grande que, em menos de três anos no estado, o MPA já organizava cerca de 5 mil famílias em mais de 100 municípios.

No mesmo ano da chegada do MPA em Goiás, o movimento estava empenhado, juntamente com diversos estudiosos da questão agrária brasileira, em remontar a história social do campesinato a fim de contribuir com a construção de um projeto popular para a sociedade brasileira a partir do campo, em contraponto ao modelo hegemônico vigente. Um dos resultados desse esforço foi publicado pelo MPA sob o título de *Plano Camponês: construindo o novo caminho da roça*, em 2007, tendo como eixos centrais a produção de alimentos saudáveis em pequena escala, em Unidades de Produção Camponesas, a fim de garantir o sustento familiar e o abastecimento dos mercados locais.

A síntese desta proposta, com adequações e proposições, que deveria culminar em uma política, está aqui apresentada sob os seguintes temas estruturantes: Sistema Camponês de Produção; Educação e Formação; Moradia Camponesa; Esporte e Lazer; Cultura; Identidade e a Soberania. Vale a pena comentar que, até então, apenas a CONTAG havia criado um plano de desenvolvimento, mas este foi criado sob bases convencionais. No mais, as organizações históricas não se empenharam em propor um plano para implantar um modelo de desenvolvimento territorial baseado na agricultura camponesa alternativa.

Sistema Camponês de Produção: cada atividade produtiva desenvolvida na unidade de produção deve ser considerada como um subsistema que conforma o agroecossistema familiar. Estes subsistemas são as criações de animais de pequeno e grande porte, os cultivos em geral e a produção não agrícola. Quando o conjunto de relações de produção estabelecido extrapola o agroecossistema familiar, acesso ao mercado, por exemplo, deve ser compreendido como um Sistema Camponês de Produção. Neste sentido, é necessário pensar ações que garantam o dinamismo entre os vários subsistemas dentro do agroecossistema familiar e sua interação com o meio externo como mercado, intercâmbios de experiências, troca de material genético (sementes, mudas e animais), acesso a crédito, implantação de agroindústrias coletivas de acordo com a realidade local, etc. Todas estas ações devem estar voltadas para produção saudável, sobre bases agroecológicas, para alimentação familiar, e geração de renda no abastecimento do mercado local.

No caso específico em estudo, o Sistema Camponês de Produção sofreu diversas alterações com o processo de modernização no campo, segundo relato das próprias famílias entrevistadas. Tais alterações vão desde o foco em apenas uma atividade produtiva como geração de renda, até o pacote tecnológico de adubos, sementes, fertilizantes que antes, além de serem usados espontaneamente, não eram necessários como atualmente;

Educação e Formação: devem ser criadas, ou reativadas, escolas nas comunidades que contribuam na educação de crianças, jovens e adultos com conteúdos construídos a partir da realidade local. As crianças devem compreender desde cedo as relações de exploração existentes e a importância da sua permanência consciente no campo. Devem ser criados espaços de formação em comunidade, tais como audiências, reuniões, intercâmbios de experiências, tendo sempre o processo produtivo como eixo central;

Moradia Camponesa: deve ser pensada para além da construção de uma casa. Para além do conforto, a moradia deve ser o espaço que garanta a unidade da família camponesa, adaptada de acordo com suas necessidades. A estrutura da casa deve ter interação com o meio natural, com quintal produtivo que permita a criação de pequenos animais, produção de hortaliças, também deve ter um espaço para descontração e lazer;

Esporte e lazer: a construção de espaços coletivos para prática de atividades físicas e de descontração é de suma importância para permanência da juventude no campo. A migração de jovens para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida não se restringe ao fator econômico, mas também buscam descontrações que nem sempre encontram no campo. Então, devem ser promovidos torneios de jogos em geral, festas, bailes, encontros, etc.;

Cultura: é um dos principais aspectos a serem considerados para implantação de ações que interfiram de forma positiva na realidade das famílias camponesas. É claro que não cabe apenas a preservação cultural, mas sua emancipação, afinal existe aspectos na cultura camponesa que não devem ser preservados ou reproduzidos e sim transformados. Mas devem ser promovidos mutirões, troca de dias, ambientes com apresentações de músicas típicas, saúde popular, partilha, reciprocidade, exercício da religiosidade, garantia da unidade familiar, terra e trabalho;

Identidade: enquanto identidade social, o campesinato se caracteriza como classe camponesa. Enquanto identidade política isso pode variar de acordo com sua necessidade histórica. Inclusive, o agronegócio vem impondo o conceito de agricultura familiar como síntese a toda pequena produção onde a gestão e o trabalho são desenvolvidos de forma familiar. Negando-se assim as especificidades camponesas quando se trabalha a ideia de agricultura como totalidade, onde tanto os pequenos como os médios e grandes produtores possuem as mesmas características. As famílias camponesas que se auto-identificam como agricultoras familiares acabam em diversos momentos aderindo a identidades políticas do agronegócio. Então, é necessário reforçar a identidade camponesa que, de acordo com a conjuntura e a necessidade de sobrevivência, em dados momentos se identifica politicamente como sem terra, acampados, lavradores, caipira, caiçara, sertanejo, peão, etc.

Soberania: em tempos em que o capitalismo não estava tão desenvolvido como agora, o campesinato conseguia se manter com sua própria produção, com quase nenhuma dependência ao mercado. Mas o capitalismo vem impondo, ao campesinato, uma quase total dependência ao mercado industrial. Inclusive, para ter acesso a sua própria produção, o modelo econômico exige a industrialização. De forma que as famílias camponesas vendem seus produtos *in natura* a preços baixos e compram estes mesmos produtos transformados, com valores bem superiores. Desta forma, é necessário garantir a soberania alimentar, com produção de comida saudável, com o máximo de equilíbrio ambiental possível; garantia da soberania energética, a partir das necessidades da família, para além do campo produtivo, por meio da biomassa, vento e sol; recuperar a soberania genética por meio de trabalho com sementes, mudas e animais, buscando técnicas de recuperação, armazenagem e melhoramento genético; recuperar e manter nascentes e mananciais para garantia da soberania hídrica, potencializando técnicas de coleta e armazenamento de água, além de desenvolver sistemas de irrigação adaptados às necessidades da produção camponesa; viabilizar o acesso a terra às famílias que não possuem e/ou às que tem, mas que são muito pequenas para a necessidade de reprodução da família, garantindo assim a soberania territorial.

A organização do MPA em Goiás deu passos significativos rumo a consolidação de experiências sistematizadas no plano camponês: produção de leite

à pasto, por meio do sistema do Pastoreio Racional Voisin; homeopatia; produção de compostagens e biofertilizantes; adubação verde; resgate, produção e manutenção de sementes crioulas; etc. mas, infelizmente, o apoio governamental a esses projetos se dão de forma muito pontual e fragmentada, além de dispor de pouco tempo de implantação. O que acaba por não contribuir na consolidação de tais ações, afinal a produção agroecológica não pode ser pensada e executada em curto prazo.

Todo esse avanço rumo a organização e fortalecimento do MPA em Goiás foi bruscamente interrompido em 2008, por problemas que vinham se arrastando na esfera organizativa nacional do Movimento e que foram transplantadas para Goiás desde seu nascedouro. Mas o ano de 2008 foi decisivo, pois marcou o rompimento do MPA nacional com praticamente toda sua coordenação e direção em Goiás. O ocorrido poderia ser compreendido como o rompimento entre grupos, até então aliados, devido a divergências de opinião e/ou posicionamento político, o que caracterizaria uma dissidência. Mas o que houve com o Movimento em Goiás foi o afastamento de praticamente toda sua coordenação por desvios de conduta, ou por apoio a atitudes individuais e coletivas que contrariavam os princípios e valores do MPA, construídos coletivamente.

O MPA sofreu um desgaste político muito grande. Mas quem mais sofreu as consequências no período foram as famílias camponesas organizadas em sua base, afinal, praticamente todas as políticas públicas conquistadas deixaram de ser operacionalizadas. Além disso, o grupo afastado criou um Movimento próprio, o Movimento Camponês Popular – MCP –, e levou consigo todas as conquistas e boa parte da base organizada do MPA.

O MPA somente começou a se reestruturar em Goiás a partir de 2010, por meio de uma ação massiva de uma brigada de militantes do Movimento em diversos estados brasileiros. Mas, até então, não conseguiu se reestruturar e continuar a ascensão política e organizativa no estado. É claro que ficaram diversas experiências em diversas partes do estado, e a organização na Comunidade Ramos Rodrigues de Lima é uma delas.

Na Comunidade Ramos Rodrigues de Lima foram executadas ações no sentido de dar passos rumo à consolidação do plano camponês pelo MPA, como início de processos de transição agroecológica, cursos de formação em manejo

agrícola agroecológico, e, principalmente, a produção de sementes crioulas. E como o plano camponês não se limita à aspectos produtivos, também foram dados passos rumo a melhoria das condições de vidas das famílias, por meio da luta por moradia digna, crédito de reestruturação da unidade de produção e outros processos.

3. COMUNIDADE RAMOS RODRIGUES DE LIMA

Analisa a formação da Comunidade Ramos Rodrigues de Lima e seus transtornos recentes em Faina. Oferece um detalhamento do processo geohistórico de formação da comunidade, quais foram as pessoas determinantes neste processo e as especificidades da vida em comunidade, bem como as alterações sofridas com o avanço das políticas governamentais e empresas multinacionais no campo da disputa territorial e ideológica. Examina quais foram as principais alterações trazidas para o cenário de vida do campesinato da região de Faina, quais foram as consequências em seu período de implantação e suas consequências hoje.

3.1. PASSADO E PRESENTE NA COMUNIDADE RAMOS RODRIGUES DE LIMA

A formação da CRRL é fruto de um processo histórico que remonta períodos da chegada das primeiras bandeiras à região no fim do século XVIII. Mas a ocupação da região na condição de proprietárias se deu pelas famílias Monteiro, Ribeiro, Rodrigues, Póvoa, Lima, Ferraz, Ramos, e Curado. Após diversas alianças matrimoniais, foram incorporadas também as famílias Pedroso, Basto, Noronha, Ferreira, Mata, Clemente e Camargo. Embora estas famílias tivessem origem camponesa, elas não pertenciam à comunidade em questão. Por isso da incorporação.

Conforme relato das famílias entrevistadas³, as primeiras que chegaram à região para se instalarem foram as famílias Monteiro, Ramos, Rodrigues e Lima. A família Monteiro chegou antes da década de 1930. A demarcação de suas terras teve como referência árvores, córregos, rios e serras. Mas não havia nada legalizado, registrado em cartórios ou igrejas. Era um entendimento entre quem se instalava primeiro e os demais que chegavam.

Mas, por volta de 1930, a família Monteiro teve suas terras tomadas pela família Curado. Isso se deu porque a família Monteiro queria legalizar sua propriedade e confiou aos Curado tal trabalho burocrático que, num golpe de

³ Membros das famílias Ramos, Rodrigues e Lima foram entrevistados pelo autor.

esperteza, segundo relato dos entrevistados, legalizou as terras em seu nome. Após ter posse de documentos que, a princípio, garantiam a propriedade, a família Curado passa a vender as terras a quem interessar comprar. Como as famílias Ramos, Rodrigues e Lima, trabalhavam nas terras da família Curado desde 1930, fizeram um acordo com o então dono para compra, que se efetivou em 1934, de parte das terras de forma parcelada, pagando com a produção obtida anualmente. Os descendentes da família Monteiro moram na cidade ou trabalham para fazendeiros da região. Somente uma das descendentes ainda mora na comunidade. Ela é mesmo da família 4.

É importante entender que estas famílias não efetivaram a compra imediatamente após a obtenção da propriedade pela família Curado. Inicialmente, trabalhavam nestas terras na condição parceiros, produzindo na meia, renda produto, tanto produtos agrícolas quanto pecuários. As compras se deram com dinheiro de poupança própria, construída com venda de vacas que eram criadas junto com as do patrão e a venda da produção das lavouras.

Quadro 2: Famílias originárias na conformação da CRRL

Número	Famílias	Ano de chegada	Ano da compra	Comprou de quem	Tamanho (hectares)
1	Ferraz e Póvoa	1930	1934	Curado	240
2	Rodrigues e Ramos	1930	1934	Curado	203,2
3	Morais e Rodrigues	1930	1934	Curado	128
4	Lima e Rodrigues	1930	1940	Curado	147

Fonte: Questionário aplicado pelo autor em 2013

Vale mencionar que o esposo da família 2, que será identificada como Rodrigues¹, e o da família 3, que será identificada como Rodrigues², são irmãos. E também, a esposa da família 2 e o esposo da família 1, que será identificada como Ramos, são irmãos. Já a família 4, que será identificada como Lima, parece possuir parentesco com as demais, mas que não foi possível identificar os vínculos nas entrevistas.

A família de Ramos teve doze filhos; a família Rodrigues¹ teve oito filhos; a família Rodrigues² teve quatro e a família Lima teve nove filhos. De forma que o tamanho das terras foram diminuindo a medida que foram passadas em herança.

Mas na maioria dos casos, a posse permaneceu por algum membro da família que comprou a parte dos demais.

Boa parte da segunda geração destas famílias se uniu em matrimônio, o que, de certa forma, mantém a comunidade unida até os dias atuais.

3.2. CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR

As famílias entrevistadas na CRRL possuem, além do vínculo de vizinhança, o de parentesco. Em geral são irmãos, primos e tios. De forma que a origem de ambas remonta o mesmo histórico de ocupação da região onde vivem hoje. Das quatro famílias que se instalam na região na condição de proprietárias de terras, a primeira geração em estudo no presente trabalho, até as famílias que hoje se encontram em tal condição, houve grande dinamismo na composição familiar, passando de oito pessoas, que formaram os quatro casais da primeira geração, para 33 pessoas na segunda geração e, como pode ser notado no gráfico 1, um acréscimo de 86 pessoas⁴ da segunda para a terceira geração.

A evolução no número de pessoas que compõem as famílias pesquisadas mostra como foi grande o dinamismo na comunidade. Isso porque toda a segunda geração e boa parte da terceira são naturais da região da comunidade. Dentre as principais mudanças históricas na comunidade relatadas pelas famílias entrevistadas está justamente no número de pessoas.

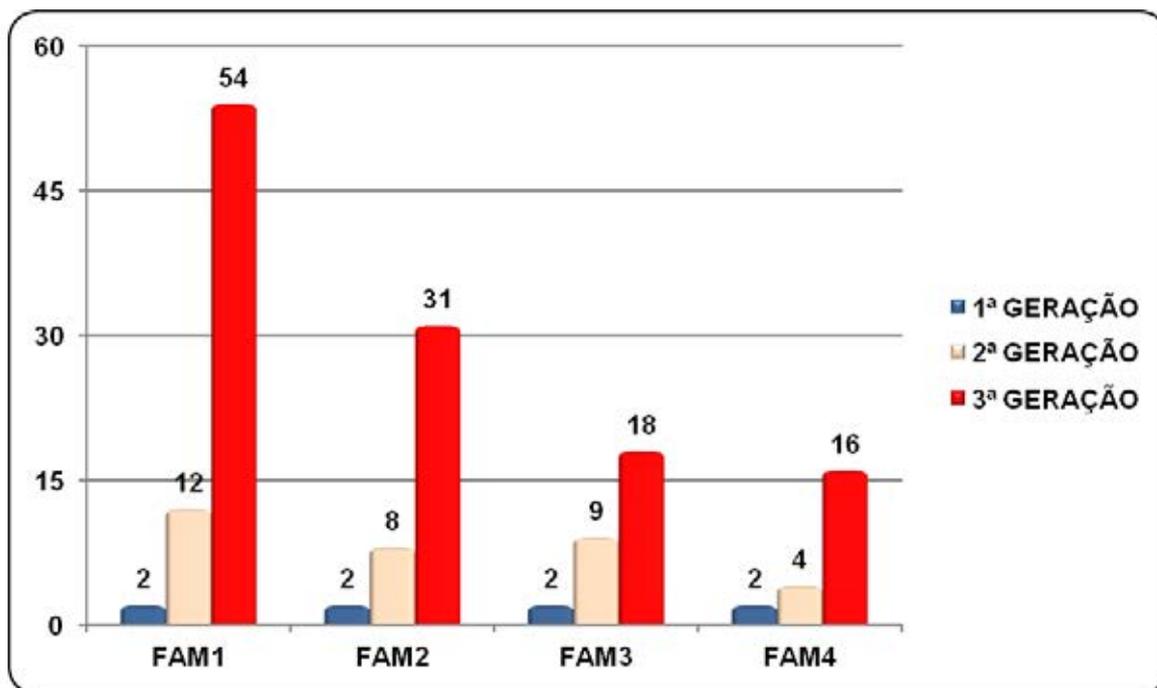
Contudo, apesar do crescimento demográfico, a população da comunidade não cresceu tanto. De fato, como é o caso em todo Brasil, a tendência do êxodo rural também passou ocorrer, principalmente em função da redução da pluralidade da produção agrícola, com conseqüente redução da demanda por força de trabalho na UPC e da renda.

Em conseqüência da saída, principalmente dos jovens, do campo as tradições que compõem a cultura camponesa vão se perdendo com o tempo. No que se refere a ajuda mútua, os mutirões por exemplo, já não acontecem mais, pois os afazeres das unidades de produção já absorvem toda a força de trabalho familiar, ficando

⁴ Como houve grande incidência de uniões matrimoniais entre parentes, ocorreu a repetição de pessoas como descendentes de famílias distintas.

muito difícil de se deixar o trabalho cotidiano para ajudar os demais. É claro que em situações excepcionais, doença, por exemplo, a ajuda mútua acontece. Também relatam o caso de doação de animais para repor o rebanho de uma família que foi roubada. O que não deixa de ser um modo de ajuda mútua.

Gráfico 1: Evolução da composição familiar na Comunidade Ramos Rodrigues de Lima



Fonte: Questionário aplicado pelo autor em 2013

Já as visitas aos vizinhos e os encontros festivos quase que semanais, muito presentes na comunidade até os anos de 1970, diminuíram drasticamente. Devido a essas circunstâncias, as famílias relatam que atualmente são mais desunidas, pois cada um fica preocupado apenas com suas ocupações cotidianas. Nos anos mais recentes, enfrentados por diversos desafios, a comunidade começou a ter sua utilidade resgatada e recuperada no sentido de ser instrumento de defesa da territorialização do campesinato local.

3.3. INTEGRAÇÃO DA FAMÍLIA NA COMUNIDADE E COM AGENTES EXTERNOS

A compreensão das famílias entrevistadas sobre o significado de comunidade não se limita a proximidade geográfica, e sim a fatores como participação em eventos coletivos, religiosos, de lazer, ou políticos, bem como a laços históricos de vizinhança e parentesco. Inclusive, há um Projeto de Assentamento entre diversas famílias consideradas como parte da comunidade RRL, já as famílias do Assentamento conformam outra comunidade.

Conforme texto de Silva (2011), que se embasou em Hall (2001), quando comenta sobre identidade política e social na conformação dos movimentos sociais, pode se concluir que a identidade das famílias em estudo é determinante na conformação da comunidade. É claro que os fatores históricos de conformação e os laços de vizinhança e parentesco já justifica a vida em comunidade. Mas não justifica o fato de estarem separados geograficamente por um assentamento e, ainda assim, considerarem-se parte da mesma comunidade. Ao mesmo tempo, não justifica deixar estas famílias do assentamento fora da CRRL.

No caso do assentamento, a identidade social não é hegemônica: são camponeses; urbanos; comerciante; etc. Estas famílias estão em processo de camponização, ou recamponização. Já as famílias da CRRL, possuem a mesma identidade social: são camponeses. Politicamente, as famílias de ambas as comunidades se unem em torno de identidades no cenário de luta pela sua reprodução social. Seja na conquista de melhorias de estradas, por reforma e construção de casas, por sementes e insumos agrícolas, etc.

A vida em comunidade garante a possibilidade das famílias em estudo promoverem ações coletivas que beneficiam individualmente cada uma delas. Seja nos problemas – quando lutam por melhoria das condições de vida – seja nos momentos de celebração. As principais ações desenvolvidas coletivamente, atualmente, se referem às celebrações religiosas, encontros do MPA e reuniões da Associação Ramos Rodrigues de Lima (ARRL) que instituíram em 2001.

A associação foi criada a fim de buscar recursos do poder público local para melhoria de estradas e obtenção de equipamentos e insumos agrícolas do governo do estado. Embora a constituição legal de uma entidade jurídica era critério para captação de recursos públicos, a ARRL não conseguiu estabelecer nenhum contrato

na época. Por outro lado, foram diversos os avanços coletivos conseguidos: um trator, por meio de parceria entre a prefeitura municipal e governo federal; lavouras comunitárias, com doação de sementes e insumos pelo poder público; construção de casas por meio de parceria com o MPA, CEF e o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR – do Governo Federal; implantação de quintais agroecológicos, por meio de parceria com o MPA e a ONG belga *Entraide et Fraternité*; diversos cursos voltados, principalmente, a produção agrícola; diversas parcerias locais para resolver problemas pontuais de seus associados e outros. Ou seja, tornou-se um importante espaço de se pensar, construir e executar propostas de melhoria das condições de vida das famílias que são parte da comunidade.

Originalmente a ARRL foi constituída com 30 pessoas associadas, mas várias desistiram, outras foram excluídas do processo por não participação permanente, ou se mudaram da região. Atualmente a associação é composta por 15 famílias⁵ que participam ativamente tanto dos espaços de tomada de decisões, quanto dos espaços de execução das decisões tomadas.

Outro espaço institucional que estas famílias fazem parte é do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. No município de Faina, não há unidade própria do STR. O que existe é uma extensão do STR da Cidade de Goiás que responde pelos filiados de Faina. Segundo as famílias entrevistadas, a atuação do sindicato deixa muito a desejar, pois as ações que existem são todas voltadas para as famílias assentadas, sem foco no campesinato tradicional. Mas se não há pontos positivos na atuação do STR, porque as famílias permanecem ligadas a esse modelo de organização? Para se aposentarem. Todas elas acreditam na necessidade de um STR para ter acesso a previdência por idade. Isto é tão presente que há um distanciamento, daqueles que já se aposentaram, da organização sindical. Isso porque compreendem que não há mais necessidade em continuar com o vínculo.

Outra entidade que as famílias pesquisadas tem envolvimento é o MPA. Inclusive, o principal motivo que levou estas famílias a se organizarem no MPA, foi a falta de assistência do sindicato. A principal liderança da comunidade teve contato com o MPA em 2004, mas a participação nas instâncias organizativas de forma

⁵ Poderia ser 15 pessoas, já que quem se associa e toma as decisões, com poder de voz e voto, é o homem. Mas tratando a figura masculina como membro de um espaço definido coletivamente por laços familiares, então, neste caso, o homem é, ou deveria ser apenas o representante da família que compõe. O mesmo se aplica caso a mulher tiver o mesmo espaço de participação.

coletiva se deu a partir de 2006, quando todas as famílias entrevistadas começaram a participar do Grupo de Base – GB – do MPA. Como o movimento organiza grupos de no mínimo três e máximo de 15 famílias, na região foram conformados em três GBs, resultando na divisão da comunidade em duas. Esta divisão que, a princípio, facilitaria os trabalhos, acabou não obtendo muitos resultados, pois a comunidade já possuía a tradição de se articularem coletivamente. Ainda mais que há a associação onde são feitas reuniões mensais com praticamente todas as famílias da comunidade. A solução foi manter o modelo organizativo da comunidade. De forma que o GB Ramos Rodrigues de Lima chegou a ter 25 famílias participando ativamente.

As famílias relatam que, por meio da organização no MPA, tiveram muitas conquistas. Dentre elas, a que destacam como a principal foi a Moradia Camponesa. No ano de 2007 e 2008, várias famílias foram beneficiadas pelo PNHR por meio da articulação do movimento, mas não foram todas. Muitas ainda estão em luta pela construção o reforma de suas casas. E as que já conquistaram, permanecem em luta em solidariedade às demais.

Uma das últimas conquistas foi o quintal agroecológico, por meio de parceria entre o MPA e a *Entraide et Fraternité*. Como fruto desta parceria, foi iniciado ações no sentido de potencializar os quintais já existentes para que possam, além de servir de sustento para as famílias, serem complemento a renda familiar. Desta forma, as famílias foram beneficiadas com mudas de frutíferas e kits de irrigação.

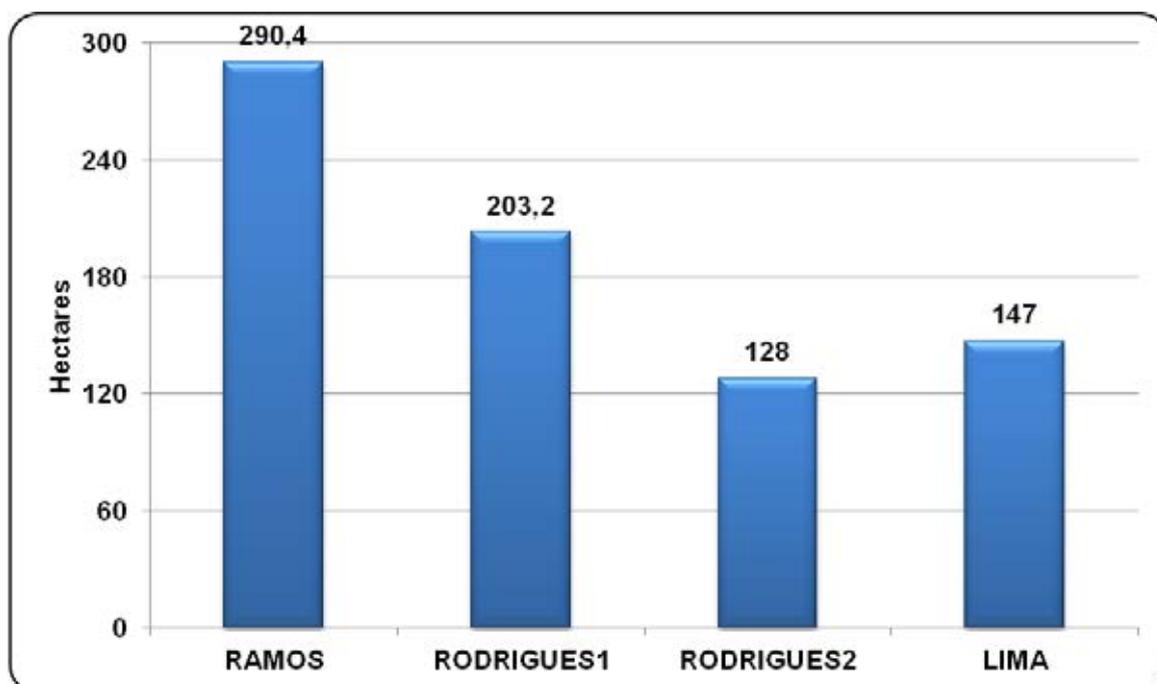
Mas quando perguntadas sobre como está a organização do MPA na região, relatam que localmente está boa: o grupo das famílias tem se reunido, se organizado e lutado por melhorias. Mesmo assim, falta maior empenho da coordenação estadual do movimento para apressar as burocracias estatais e garantir que as conquistas não demorem tanto para serem implantadas. Isso porque já há alguns anos estão lutando para conquista de unidades habitacionais, tanto reforma, quanto construção, para as famílias que não foram beneficiadas na primeira etapa, mas não tem havido muito progresso.

3.4. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO CAMPONESA - UPC

As terras que foram compradas pela primeira geração das famílias pesquisadas tinham, em média, 192,15 ha. Exemplificado de forma mais clara no

gráfico 1 com a estratificação do tamanho das unidades de produção originalmente adquiridas, ou herdadas, pela geração anterior à pesquisada: a família Ramos possuía 290,4 ha, a família Rodrigues1 203,2 ha, a família Rodrigues2 128 e a família Lima 147 ha. Como a Presidência da República, por meio da Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, em seu Artigo 4º, incisos II e III, estabelece como critério para definição de pequena propriedade o imóvel que possua entre um e quatro módulos fiscais, e a média propriedade a que possua acima de quatro até o limite de quinze módulos fiscais, chega-se a conclusão de que apenas duas das quatro famílias originárias poderiam ser consideradas como médias proprietárias, pois o módulo fiscal no Município de Faina equivale a 45 hectares.

Gráfico 2: Tamanho da propriedade da primeira geração



Fonte: Questionário aplicado pelo autor em 2013

O tamanho das propriedades das famílias da primeira geração exemplifica um dos dilemas na investigação de Chayanov (1974 [1924]): é a composição da família camponesa que determina o volume das atividades econômicas ou o inverso? Tal dilema é pertinente porque, segundo o autor, “Si seguimos el desarrollo de las funciones podemos establecer una dependencia que se expresa con toda claridad entre el desarrollo de la familia y la cantidad de tierra disponible.” (p. 58). Logo depois, no mesmo trabalho, o autor aponta que:

En conocimiento de esta dependencia podemos tratar el problema del carácter interno de esta relación y suponer que no es el tamaño de la familia lo que determina el volumen de actividad económica familiar como pensamos antes; por el contrario, podemos decir que el grado de actividad agrícola determina la composición de la familia (p. 61).

Chayanov considera como não simples a solução deste dilema, pois “Es evidente que en un bajo nivel de bienestar material, cuando no hay más que la mera posibilidad de la existencia física, las condiciones materiales influyen sobre el tamaño de la familia con la fuerza de un determinante” (CHAYANOV, 1974 [1924], p. 62). No caso da CRRRL, as famílias com maior número de pessoas, foram as que possuíram as maiores extensões de terra. Ou, inversamente, as famílias que mais possuíram terras, tiveram mais filhos. Conseqüentemente, as maiores famílias tiveram maior divisão da propriedade em função da herança. A família Ramos teve a propriedade dividida em doze heranças; a família Rodrigues1 em oito heranças; a Rodrigues2 em quatro; e a família Lima dividiu sua propriedade em sete heranças. Como pode ser notado na tabela 1, embora a família com a maior terra teve o maior número de filhos, ou ainda, sem pretensão de esgotar o dilema apontado por Chayanov, a família com maior número de filhos adquiriu a maior terra, esta relação em detrimento das demais não teve grande distinção, a não ser no caso da família Rodrigues2.

Tabela 1: Relação entre tamanho da propriedade e a densidade demográfica

Famílias	Nº hectares 1ª geração	Nº de filhos	Nº hectares 2ª geração
Ramos	290,4	12	24,2
Rodrigues1	203,2	8	25,4
Rodrigues2	128	4	32
Lima	147	7	21

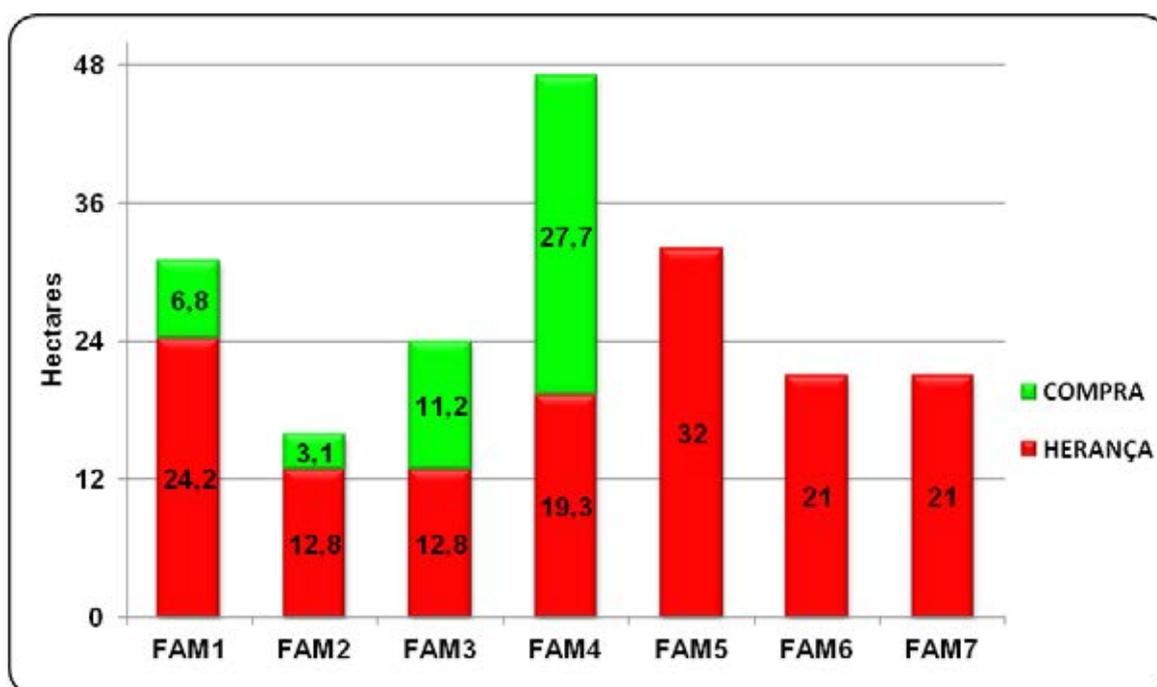
Fonte: Questionário aplicado pelo autor em 2013

Com a divisão das terras em heranças fica ainda mais difícil aprofundar o dilema de Chayanov (1974 [1924]), pois a maioria dos herdeiros vendeu suas terras. Como não foi possível entrevistá-los resta ao menos uma indagação: teriam vendido porque a fragmentação da terra não lhes permitiu a garantia das condições objetivas de sua reprodução social? Assim sendo, a suposição de Chayanov (1974 [1924]) de que “[...] el campesino se provee de una familia de acuerdo con su seguridad

material” (p. 61) é a que mais se adéqua a realidade destas famílias. De modo que a não possibilidade de sua reprodução social familiar em uma pequena extensão de terra para o tamanho da família e para o tipo de atividade produtiva, a saída mais cabível foi a venda, afinal, estas famílias já estavam constituídas ou em processo de constituição.

As famílias que não venderam suas heranças acabaram por comprar as terras dos demais. Conforme Gráfico 2, quatro das sete famílias entrevistadas compraram parte das terras dos demais herdeiros. No caso dos doze filhos da família Ramos apenas quatro não venderam. A família Rodrigues1, apenas um não vendeu. A família Rodrigues2, somente um não vendeu. Já na família Lima a situação é um pouco diferente, pois apenas um dos filhos, da segunda geração, vendeu.

Gráfico 3: Tamanho da propriedade atual (compra x herança)

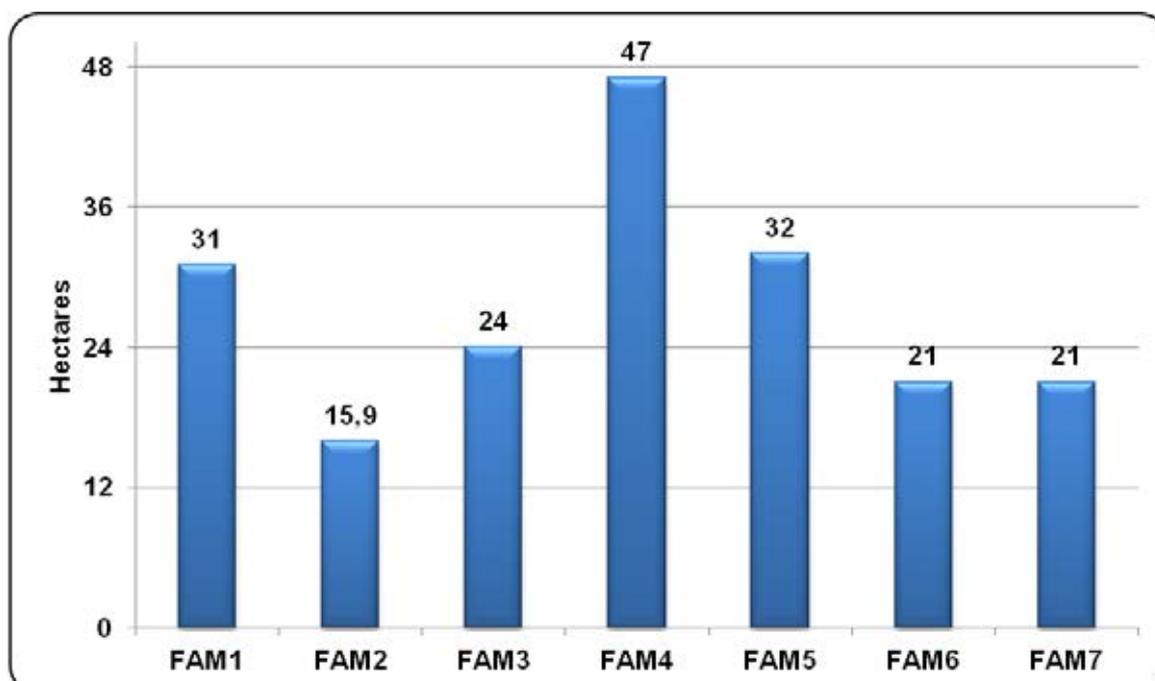


Fonte: Questionário aplicado pelo autor em 2013

As famílias dispostas no gráfico 1 representam a primeira geração, que também marca o surgimento da CRRL. Já no gráfico 2, estão as famílias da segunda geração, nos casos da 1, 4, 5, 6 e 7. Já as famílias 2 e 3, representam a terceira geração na comunidade.

Atualmente as famílias possuem, em média, 27,42 hectares, sendo que as famílias 5, 6 e 7 não tiveram o tamanho de suas propriedades alteradas após a divisão da herança, conforme pode ser constatado nos Gráficos 2 e 3.

Gráfico 4: Tamanho atual da propriedade das famílias entrevistadas



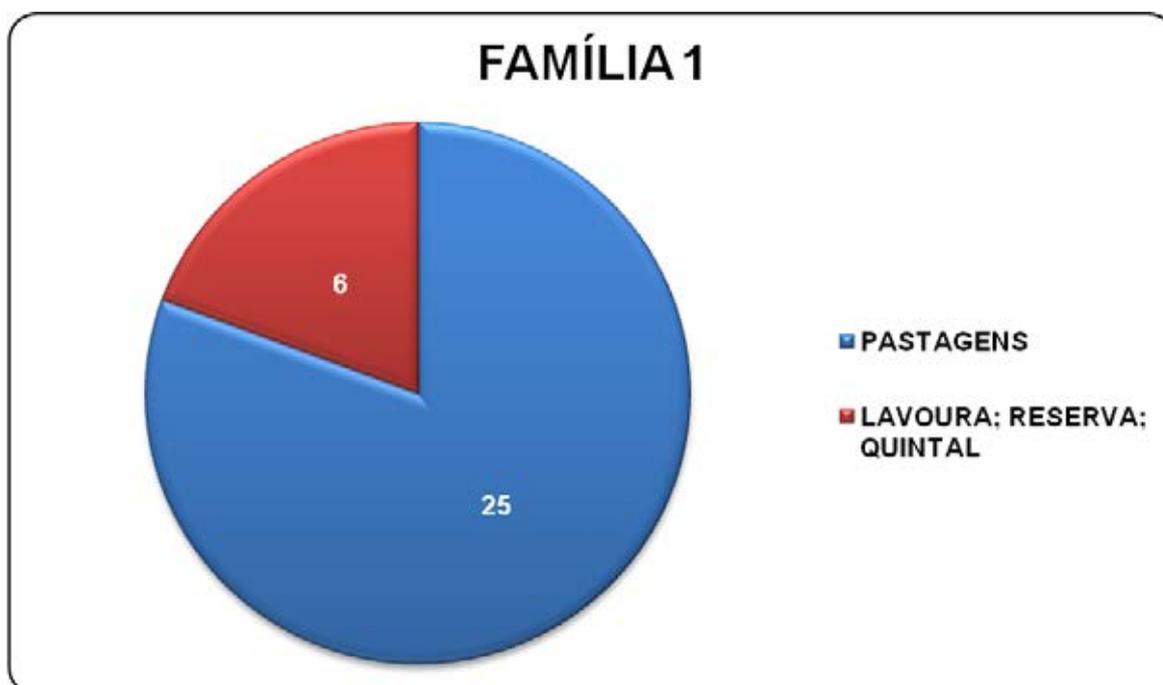
Fonte: Questionário aplicado pelo autor em 2013

A necessidade de compra de mais terras se justifica pela principal atividade produtiva, no caso o leite. Todas as famílias entrevistadas tem como base da renda fixa mensal a produção leiteira. Quando perguntadas a que se destinam as melhores terras, quatro famílias responderam que é para pastagem. As outras três responderam que fazem lavoura para o autoconsumo familiar e o restante da terra é para pastagens. A importância da criação em detrimento da produção agrícola é facilmente notada na divisão das UPCs entre as atividades produtivas.

Entre os gráficos 4 e 10 está exposto a divisão das UPCs por atividades econômicas e não econômicas. Isso porque foi incluso a área de reserva florestal. Reforçando os limites de nossa metodologia, esta divisão foi definida apenas pela informação oral das famílias. Não foram feitas medições para chegar nesses valores. É importante que se esclareça que as UPCs não foram divididas somente entre as atividades produtivas. Também está calculada a Área de Preservação Permanente – APP.

A família 1, conforme Gráfico 5, é uma das exceções na CRRL que permanecem com o cultivo de lavoura. A família destina cerca de quatro hectares para produção vegetal, incluindo a área de quintal. Em 2013 reservaram um espaço próximo a casa, cerca de um hectare, onde foi plantado de forma consorciada milho, abóbora, mandioca e melancia. Ainda há uma área de meio hectare cultivado com abacaxi. Já as culturas perenes, estão dispersas nas pastagens, quintal e algumas, de menor porte, próximo às culturas anuais. Em ambos os plantios, não há foco na comercialização, mas a família tem consciência de que sua produção diminui bastante a dependência ao mercado.

Gráfico 5: Divisão em hectares da UPC da família 1 entre as atividades produtivas, num total 31 hectares

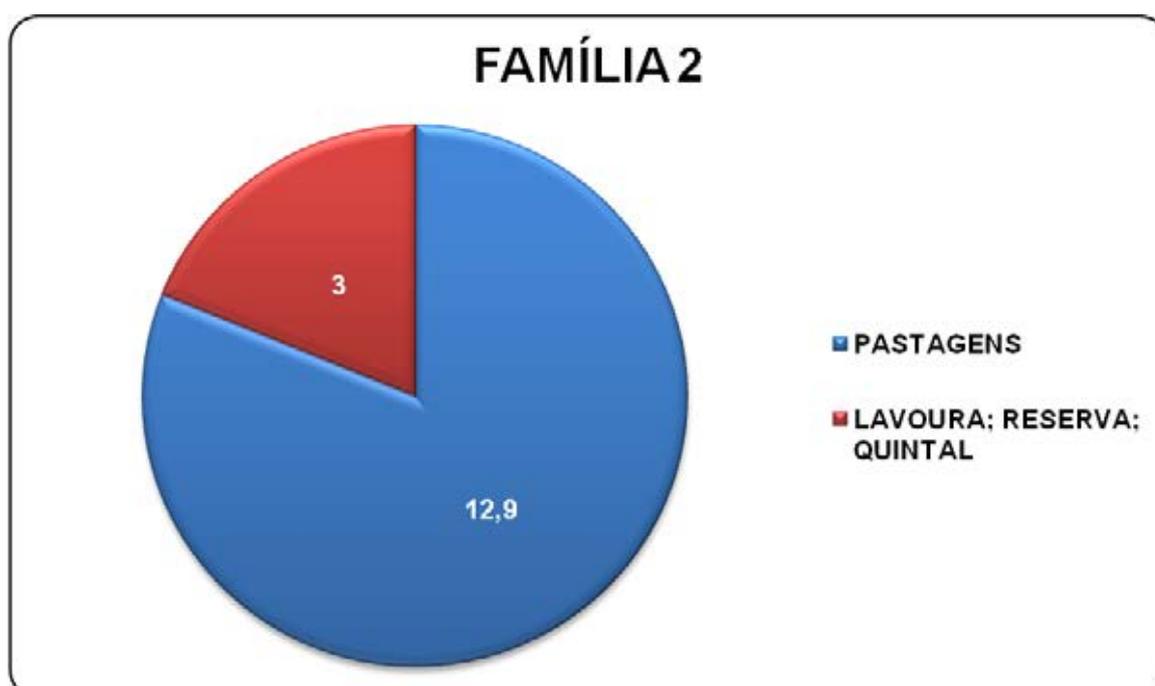


Fonte: Questionário aplicado pelo autor em 2013

É importante que se diga que no quintal não se produz apenas frutas e verduras. É onde são criados os animais de pequeno porte, com galinhas e porcos. Só no espaço de quintal, a família 1 produz cinquenta galinhas, quatrocentos peixes, e algumas colmeias. Ainda assim, a relação entre criação, bovinos, diga-se de passagem, e lavoura é de 4,16:1. Ou seja, para cada hectare de terra destinado para lavoura, quintal e reserva legal, são destinados mais de quatro hectares para produção bovina. De forma que a produção bovina ocupa 80,64% da área total da UPC da família 1. Nesta área são produzidos 23 bovinos e 2 equinos.

Já a família 2, conforme gráfico 6, não cultiva lavoura para o sustento familiar a, pelo menos, três anos. Em contrapartida, sua área de quintal é altamente produtiva. Neste espaço a família produz mandioca, cana-de-açúcar, guariroba, hortaliças, além de plantas medicinais e ornamentais, para consumo familiar e geração de renda. Além da criação de 15 porcos, 100 galinhas, e 2000 peixes.

Gráfico 6: Divisão em hectares da UPC da família 2 entre as atividades produtivas, num total 15,9 hectares



Fonte: Questionário aplicado pelo autor em 2013

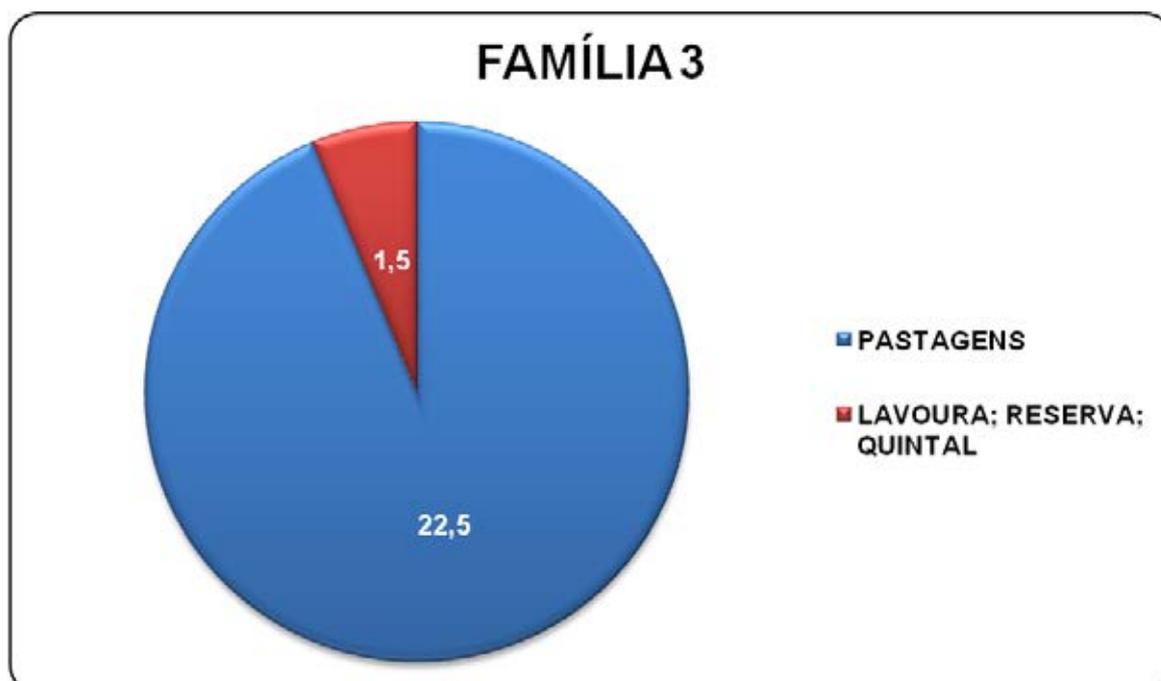
Com relação aos animais de grande porte, a família 2 cria 35 bovinos e 1 equino. Como a terra não suporta esta quantidade de criações, a família aluga pasto, na comunidade, para 15 animais, pagando em média R\$20,00 mensais por animal.

Em relação a área de pastagens em detrimento da lavoura, quintal e reserva legal, a proporção é de 4,3:1. Ou seja, a cada hectare destinado à quintal, lavoura e reserva legal, são destinados outros 4,3 hectares para pastagens. Assim sendo, 81,13% da área total da UPC da família 2 destina-se à pastagens.

A família 3, conforme Gráfico 7, é a que possui a maior proporção entre a área de pastagens e lavoura, quintal e reserva legal: 15:1. Vale lembrar que são dados fornecidos oralmente, como mencionado anteriormente. Mas ainda que tenha

havido discordância sobre a exatidão dos dados, a proporção não deve se alterar de forma significativa, pois a família camponesa pode não ter anotações exatas de produção, valores monetários ou de medidas, mas conhecem profundamente seus espaços de vida e produção.

Gráfico 7: Divisão em hectares da UPC da família 3 entre as atividades produtivas, num total 24 hectares

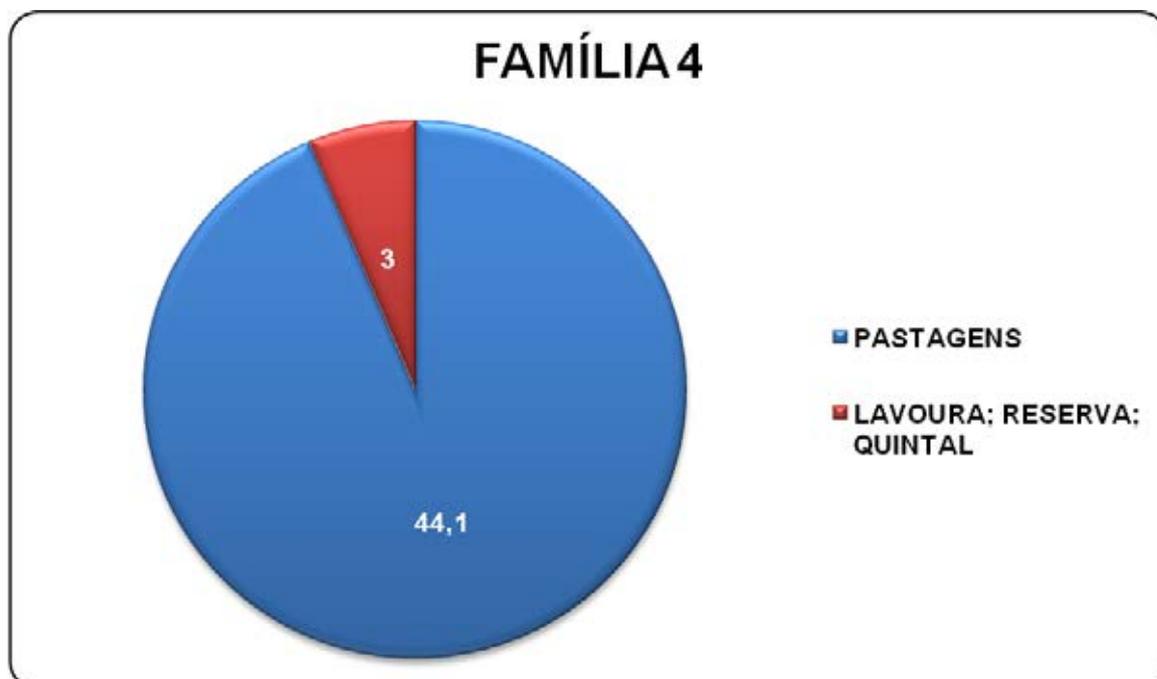


Fonte: Questionário aplicado pelo autor em 2013

No caso da família 3, fora do quintal, ela não possui um espaço destinado à lavoura. Há pelo menos três anos deixaram de plantar culturas como arroz, feijão e milho. Mas, as demais culturas de consumo próprio como mandioca, abóbora, guariroba, cana-de-açúcar, hortaliças e 20 galinhas, são produzidas no quintal. Na área de pastagem, que representa 93,75% da área total da UPC, são criados 32 bovinos e dois equinos.

Conforme Gráfico 8, a família 4 é a que possui a segunda maior proporção entre a área destinada a produção animal e a vegetal, sendo 14,7:1 (quatorze vírgula sete por um) respectivamente. Assim como as famílias 2 e 3, a 4 também não cultiva lavoura a, pelo menos, 3 anos. Em ambos os casos, o relato é que falta força de trabalho. Ainda que paga, é difícil de encontrar, pois são poucas as pessoas com disponibilidade de tempo que ainda moram na CRRL. E as que permanecem já estão comprometidas com seus afazeres cotidianos.

Gráfico 8: Divisão em hectares da UPC da família 4 entre as atividades produtivas, num total 47,1 hectares



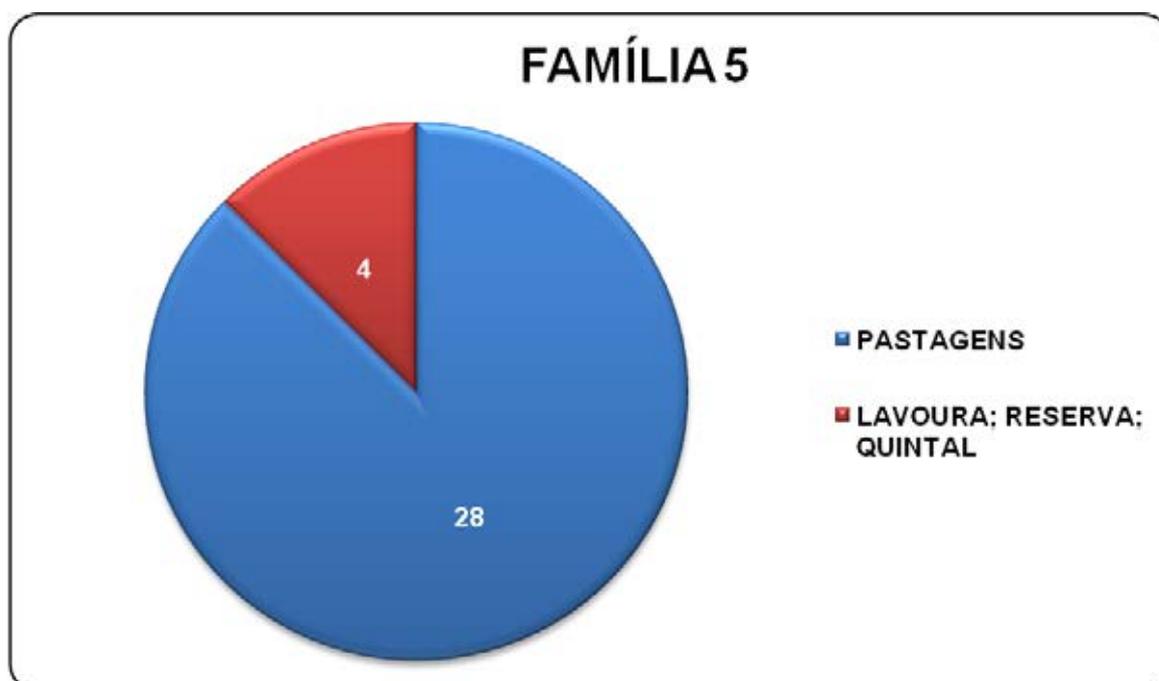
Fonte: Questionário aplicado pelo autor em 2013

Como a família não cultiva lavoura, a produção para consumo é feita na área do quintal. Neste espaço estão plantados cana-de-açúcar, mandioca, maracujá, guariroba, coco, laranja e manga, além de outras plantas que foi possível notar na visita, mas que não foi relatado pela família formalmente no questionário aplicado em 2013.

Na área de pastagem, que representa 93,63% da área total da UPC, são criados 50 bovinos e 3 equinos. Já na área de quintal são criadas 60 galinhas, 10 porcos e 16 perus.

A família 5 também já não cultiva lavoura de milho e arroz a algum tempo. Mas já a dois anos vem produzindo maracujá com foco, principalmente, no mercado. Para tal cultura são destinados cerca de 1,5 hectares anexo a área de quintal. É o que poderia ser considerado como um pomar. Considerando a área de quintal, reserva e o pomar, que aparece no Gráfico 9 como lavoura, soma-se o total de 4 hectares, num universo de 32 hectares de UPC. Nesta área são produzidos cana-de-açúcar, mandioca, banana, coco, maracujá e hortaliças. Além da criação de 5 porcos, 30 galinhas, 5 perus, 8 patos e 1000 peixes.

Gráfico 9: Divisão em hectares da UPC da família 5 entre as atividades produtivas, num total 32 hectares



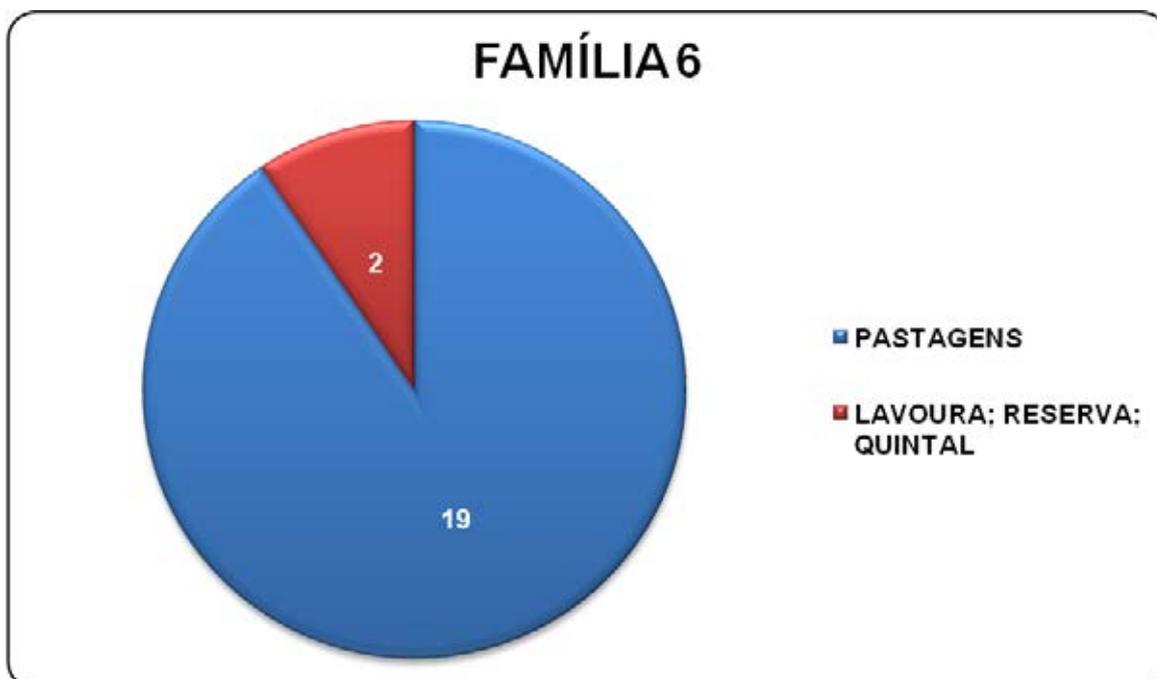
Fonte: Questionário aplicado pelo autor em 2013

Na área de pastagens são criadas 30 (trinta) vacas e 4 (quatro) cavalos. Conforme representado no Gráfico 8, a pastagem ocupa 87,5% (oitenta e sete vírgula cinco por cento) da UPC, em uma proporção de 7:1 (sete por um). De forma que para cada hectare destinado a reserva legal, quintal e lavoura, são destinados 7 (sete) hectares para pastagens.

Conforme Gráfico 10, a realidade da família 6 não diverge das demais, pois a maior área destina-se a pecuária. Dos 21 hectares da UPC, 90,47% são destinados à criação de 20 bovinos e 2 equinos. A divisão proporcional da expressão para a área de pastagem em detrimento da lavoura, reserva e quintal é de 9,5:1.

A família possui ainda uma área de 2 hectares para reserva, lavoura e quintal. Nas áreas cultiváveis a família planta milho, cana-de-açúcar, banana, laranja, guariroba e limão. No quintal ainda são criados 15 galinhas e 3 porcos. Além da grande diversidade do quintal, mas que não foi totalmente relatada.

Gráfico 10: Divisão em hectares da UPC da família 6 entre as atividades produtivas, num total 21 hectares



Fonte: Questionário aplicado pelo autor em 2013

A família 7 também tem a criação bovina como principal atividade econômica dentro da UPC. Conforme Gráfico 11, do total de 21 (vinte e um) hectares, 18 (dezoito), ou seja, 85,71% (oitenta e cinco vírgula setenta e um por cento) da UPC são destinados para pastagens, onde são criadas de 10 (dez) vacas e 1 (um) cavalo.

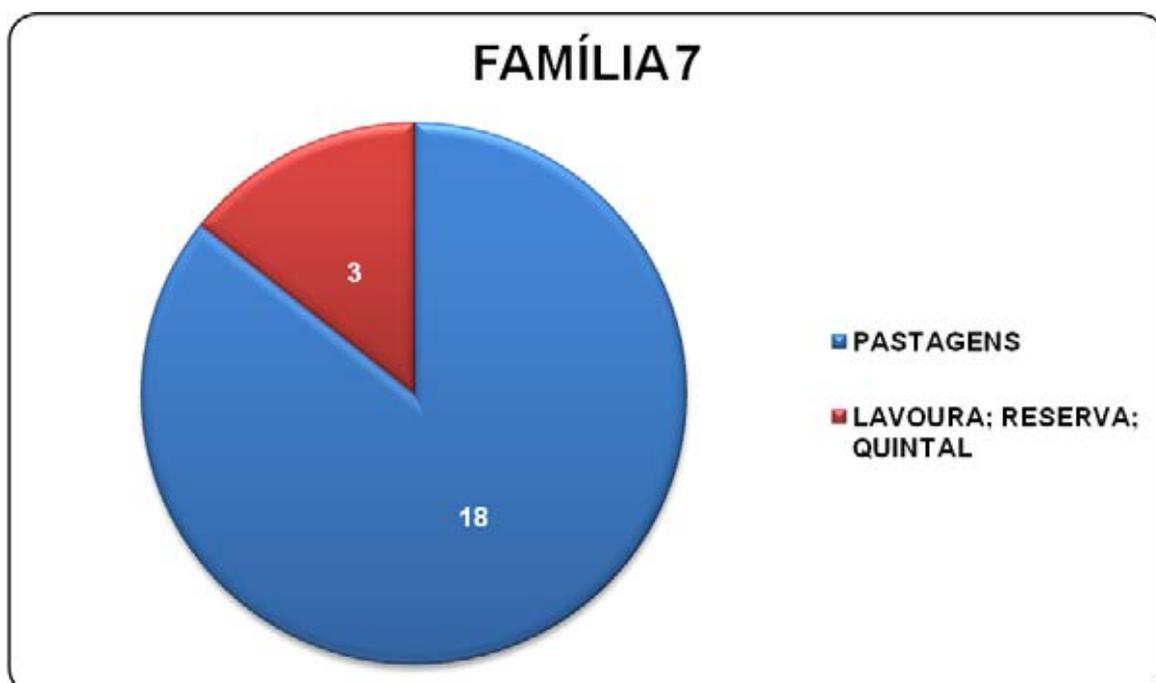
A família não destina um espaço específico para cultivo de lavouras, como era feito no período da primeira geração. Atualmente são plantadas, no quintal, algumas culturas, em pequenas escala, para consumo familiar, como mandioca, banana e milho, e cana-de-açúcar com foco na alimentação animal no período de estiagem, que ocorre entre abril e outubro. No quintal, ainda são criados pequenos animais: 2 (dois) porcos, 10 (dez) galinhas e 2 (dois) perus.

Se olharmos para a proporção da área total da UPC que destina-se para a pastagem, em detrimento do quintal, reserva florestal e lavoura, que é de 6:1 (seis por um), notamos que mesmo em uma pequena unidade de produção, o foco continua na criação de bovinos. Este cenário, como já tratado anteriormente, se deve em grande parte a falta de força de trabalho. Pois o cultivo de lavoura para fins comerciais exige bastante trabalho. No caso específico desta família que tiveram 3 (três) filhos, mas que saíram de casa a 15 (quinze) anos atrás, por falta de

condições de trabalho e renda, fica ainda mais difícil o cultivo de lavoura. Em contrapartida, a criação bovina é facilmente manejada por uma ou duas pessoas. Ainda mais sendo apenas 10 vacas.

Mas o foco na produção bovina não se restringe apenas a falta de força de trabalho. As políticas públicas tiveram papel importante neste processo: tanto no esvaziamento rural, quanto na potencialização de apenas uma atividade econômica. Mas o papel das políticas públicas na CRRL será tratado mais adiante.

Gráfico 11: Divisão em hectares da UPC da família 7 entre as atividades produtivas, num total 21 hectares



Fonte: Questionário aplicado pelo autor em 2013

Analisando ainda a produção animal e a vegetal, quando as famílias são perguntadas sobre as benfeitorias existentes na unidade de produção, o que difere as respostas são as quantidades, mas as benfeitorias são praticamente as mesmas: cocheiras para sal; galinheiro; paiol; chiqueiro; curral; cisterna; eletricidade; cerca de divisão interna da propriedade e nas fronteiras. Somente uma das sete famílias entrevistadas destacou a horta como uma estrutura importante dentre as benfeitorias da unidade de produção.

Ainda assim, é importante que não se crie um imaginário de famílias altamente especializadas na produção leiteira. Quando perguntadas se produzem

lavouras a resposta é um pouco diferente de quando perguntadas sobre a área destinada à lavoura. Isso porque quando se trata de lavoura, as famílias compreendem como um espaço dedicado para culturas econômicas, ou seja, aquelas com foco no mercado para geração de renda. Porém, se consideradas as áreas de quintal, o canavial que serve de alimento para o gado e para produção de melaço e rapadura, a mandioca, milho, abóbora, banana, guariroba, caju, maracujá, coco, laranja, mamão, pimenta, limão, hortaliças, e outras produções não descritas, é grande a diversidade produtiva destas famílias. No entanto, para as famílias, muito se leva em conta o que se vende e não o que se deixa de comprar quando há produção.

Se olhado para o histórico de “abastância” (BERTRAN, 1997, p. 13-14) destas famílias é justificável a menor atenção dada aos cultivos em detrimento das criações. Em muitos casos era necessário queimar a produção antiga para armazenar a recente. Então, para quem produzia de dez a vinte hectares de lavoura e hoje produz meio e não é destinado para o mercado, não é considerado como lavoura, mas apenas “uma rocinha pro sustento”, conforme relato de uma das famílias entrevistadas.

Conforme apontado por Silva (2009), a principal atividade econômica desenvolvida dentro da UPC é a produção leiteira. A opção por esta atividade se deve ao incentivo governamental para especialização produtiva, e escassez de força de trabalho.

3.5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A composição das famílias pesquisadas, de acordo com os membros residentes na UPC, se restringe, em geral, pelo casal e um filho ou filha. No caso da família 1, mora o casal e um dos 3 filhos; Na família 2, mora apenas o casal, mas a filha está presente com bastante frequência; A família 3 é composta pelo casal e duas filhas e todos moram juntos. A família 4 teve 4 filhos, porém o casal mora só. Uma das filhas casou-se e mora com seu esposo na UPC, mas que a título de pesquisa é caracterizada como uma família independente; A família 5 compõe-se por 6 membros dos quais 5 residem na UPC; a família 6 teve 2 filhos, mas nenhum mora com os pais; a família 7 teve 2 filhos, mas nenhum mora na UPC.

Segundo relato das famílias, os motivos que levaram os filhos a deixarem a família são praticamente os mesmos: falta de renda; escola; lazer; etc. O interessante que, embora as famílias tenham apoiado a saída dos filhos, por almejar-lhes melhores condições de vida, praticamente todas desejam que retorne para continuar com a vida e trabalho a UPC da família. Mas a falta de condições de criar atividades rentáveis a partir do esforço familiar, acaba impedindo este regresso. As famílias acreditam que esse seria o papel do estado: manter as famílias camponesas no campo, com melhores condições de trabalho, renda e lazer.

Como pouco tem sido feito por parte do estado para alterar positivamente esta conjuntura, as famílias se desdobram entre atividades associativas de busca por políticas públicas, seja em movimento social ou associação, e o trabalho árduo do campo que todas as famílias camponesas pesquisadas desempenham diariamente.

Em todas as famílias pesquisadas há uma nítida divisão sexual do trabalho, mas quando são perguntados se há divisão, a maioria respondeu que não. Que todos trabalham juntos. Talvez porque praticamente todas as entrevistas foram direcionadas ou conduzidas pelo homem. É bom que se esclareça que não foi uma opção metodológica em priorizar maior participação masculina. Em todas as entrevistas, se não toda a família que reside na UPC, pelo menos o casal esteve presente. Porém, a grande maioria das respostas foi dada pelos homens. A participação feminina foi bastante presente quanto ao levantamento de datas e pessoas que participaram de determinado momento histórico. No mais, pela própria organização familiar, o direcionamento das respostas foi praticamente todo masculino.

Em alguns casos, a mulher cuida dos trabalhos reprodutivos, produtivos e dos trabalhos domésticos. Os reprodutivos são aqueles ligados ao sustento familiar, como cuidar de animais de pequeno porte – galinhas, porcos, etc. –, que geralmente são criados no quintal. Já os produtivos, são aqueles voltados para geração de renda, como o manejo de animais de grande porte e lavouras. Excetuando-se a produção leiteira, pois nenhuma das famílias relatou sobre a mulher tirar leite. Mas quando o homem teve que ausentar durante o dia, é comum a mulher apartar as vacas e os bezerros para ordenha no dia seguinte.

As atividades domésticas são quase que exclusivamente desempenhadas pelas mulheres. Quase exclusivamente porque nos casos de ausência feminina, os

homens cuidam de casa. No único caso, das sete famílias entrevistadas, em que há trabalho assalariado, é a mulher que se assalaria. Mas antes de sair de casa, deixa tudo encaminhado para o esposo ou filho fazerem almoço. Muitas vezes, ela sai de madrugada, vai para a cidade de Faina, trabalha na creche municipal, volta às 12h00min e ainda faz almoço. E, posteriormente, lavar roupa, limpar casa, e preparar a janta, cuidar da horta ou dos animais criados no quintal.

Então, por mais que declaram não haver uma divisão nos trabalhos, pois todos trabalham em conjunto, na verdade há uma jornada muito exaustiva de trabalho feminino. E o não trabalho feminino na produção leiteira é porque, em geral, demanda pouca força de trabalho. Mas no período em que se plantava e se colhia bastante, não eram raras as vezes em que as mulheres levantavam cedo, preparavam o café da manhã, trabalhavam na roça, principalmente no período de plantio e colheita, até cerca de 10h00min e retornavam para casa para preparar o almoço. Enquanto o esposo descansava após o almoço, a mulher lavava as vasilhas do almoço e limpava a casa, ou colocava as roupas para lavar a tarde. Retornava para a roça. Trabalhava até por volta de 15h00min, quando retornava para casa para preparar o lanche. Quando já preparava o lanche no horário do almoço, só retornava para casa a tarde. Preparava a janta e ainda lavava as vasilhas para facilitar o trabalho do dia seguinte.

Quando os filhos nasciam, mas ainda eram pequenos para ajudar nos trabalhos, a jornada feminina aumentava ainda mais. Pois o cuidar das crianças também é tarefa feminina. Em períodos anteriores e posteriores a colheita e plantio, ou quando os filhos homens contribuem no trabalho produtivo, a intensidade do trabalho feminino diminui.

Embora esta rotina tenha sido relatada pela mulher da família 1, acredita-se que seja, ou tenha sido, a realidade das demais, quando afirmaram que trabalham, ou trabalharam na roça quando preciso.

Outras formas de trabalho bastante praticado em tempos anteriores e que hoje já quase não se pratica é o trabalho interfamiliar. Desempenhado em forma de mutirão e trocas de dias. No caso dos mutirões, não é um trabalho somente masculino: os homens se ajudam no trabalho braçal – plantio, colheita, limpeza de roça e pasto – e as mulheres se ajudam nas atividades domésticas – preparo do alimento, limpeza de vasilhames. Então, o mutirão não é uma ajuda mútua interpessoal, mas interfamiliar.

A redução destas práticas se deve, em grande parte pelo modelo de desenvolvimento agrícola atualmente imposto às famílias. O incentivo governamental, por meio de programas e políticas públicas, para potencialização da produção animal fez com que a necessidade de força de trabalho fosse reduzida. Isso sem representar aumento na renda familiar ou redistribuição das tarefas entre homens e mulheres.

Além disso, as políticas públicas e o trabalho de associações, movimentos, sindicatos e pastorais podem reforçar o poder do homem ou trazer mais equilíbrio para as famílias na distribuição das tarefas. Tudo depende da importância que cada organização dá ao debate de gêneros junto às famílias camponesas. É claro, também, que apenas o discurso político não resolve as disparidades da distribuição do poder e do trabalho junto às famílias. São necessárias ações concretas de fortalecimento do papel feminino na organização familiar. Por exemplo, as mulheres podem ser educadas a fazer a contabilidade da família ou envolvidas em atividades de artesanato e os homens educados em fazer tarefas de casa. Mulheres pode ser o ponto de contato para pedir empréstimos, também ajudando a quebrar esta divisão dentro do ambiente familiar.

O governo, por meio da pressão dos movimentos sociais, tem desempenhado papel importante na promoção da autonomia e protagonismo feminino ao exigir que as unidades habitacionais do PNHR tenham as mulheres como proponentes. Isso tem transmitido certa autonomia para elas, pois que assina os documentos são elas, quem vai ao banco são elas. Então, tem sido importante esta postura governamental. O mesmo acontece com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA -, onde o governo tem exigido que, no mínimo 50% dos proponentes do projeto sejam mulheres.

Os movimentos sociais possuem uma maior bagagem nesta discussão. No MPA, por exemplo, para composição do grupo de base exige-se que a coordenação seja formada por um homem, uma mulher e um jovem. Já suas coordenações municipais, estaduais e nacional, a orientação é que 50% de sua composição tem que ser por mulheres.

São iniciativas positivas, mas que os resultados não são imediatos. Para além das determinações de porcentagens e garantia de participação das mulheres nos espaços de tomadas de decisão, é necessário um trabalho de conscientização com as famílias camponesas. Se forem as mulheres as proponentes no PNHR ou no

PAA, e participam das coordenações de movimentos e associações, mas em casa continua submissão ao homem, e não consegue um apoio para romper com esta relação desigual, de nada adiantará tamanho esforço. Para além do trabalho macro, é necessário, também, fazer com que ele chegue conscientemente em cada família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das sete famílias pesquisadas, apenas duas, as de número 6 e 7, declararam não ser beneficiárias de nenhuma política pública. As demais acessaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – entre os anos de 2003 e 2012. Inclusive, uma das famílias já acessou linhas de crédito do PRONAF por 3 vezes. Em todos estes casos, os projetos foram voltados para aquisição de matrizes bovinas, que acabou reforçando ainda mais a produção animal dentro das UPCs. Dentro das condições atuais, especialmente a relação área-trabalhador familiar, talvez esta tenha sido a opção mais adequada. Pois a produção leiteira tem lhes garantido uma renda fixa mensal, além da venda de animais após a desmama em, pelo menos, dois períodos do ano. Isso tem garantido a renda para manutenção familiar, além do cumprimento do compromisso com as parcelas do financiamento.

Além do PRONAF, estas famílias também foram beneficiárias de unidades habitacionais do PNHR em 2007 e 2008 e algumas famílias acessam o bolsa família. E, embora duas famílias tenham declarado não ser beneficiárias de nenhuma política pública, já trabalharam em conjunto com os demais membros da CRRL no Programa Lavoura Comunitária de Goiás, do Governo de Goiás, que prevê o fornecimento de sementes híbridas e adubo de síntese química às famílias envolvidas.

Dado o êxodo rural e a situação precária das famílias na comunidade, é claro que as políticas que estão postas, de transferência de crédito e tecnologia, no caso do PRONAF, não contemplam adequadamente as necessidades das famílias camponesas. Na perspectiva do MPA, é necessário que se construa uma política pública que interfira de modo positivo nos diferentes aspectos da existência camponesa. Inclusive, essa é uma das bandeiras de luta constante dos movimentos sociais do campo: uma política pública que não tenha foco somente na renda familiar, mas na promoção do lazer, incentivo ao desenvolvimento da cultura local, escola local e de qualidade, etc. Essa política pública necessária à reprodução social camponesa foi denominada pelo MPA, conforme apresentado anteriormente, de Plano Camponês.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs/Edunicamp/Hucitec, 1992. 275 p. (Estudos Rurais, 12)

_____, **De camponeses a agricultores: Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 1990. 354 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas.

BERTRAN, Paulo. Apresentação. In: CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1997.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 3ª edição, 2011.

BEZERRA, Luiza Maria Capanema; CLEPS JUNIOR, João. O desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste e as transformações no espaço agrícola de Goiás. **Caminhos da Geografia**. Uberlândia: fev. 2004. p. 29-49.

BORGES, Barsanufu Gomides. A economia agrária goiana no contexto nacional (1930-1960). **História Econômica e História das Empresas**, São Paulo, v.3, n.2, p.65-83, 2000.

_____. A expansão da fronteira agrícola em Goiás. **Historia Revista**. 1(2): 37-55, jul./dez. 1996.

_____. **Goiás nos quadros da economia nacional 1930-1960**. Goiânia: ed. da UFG, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, Pretos e Congos – Trabalho e identidade étnica em Goiás**. Goiânia: Editora Universidade de Brasília, 1977. Disponível em: <http://sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/peoes.pdf> Acessado em: 02 de maio de 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RAMALHO, José Ricardo. **Campesinato goiano: três estudos**. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1986.

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. 2ª ed. Goiânia: Vieira, 2003.

CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-GO – Brasil. **Élisée** – Revista de Geografia da UEG - Goiânia, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1997.

CHAYANOV, Alexander Von. **La organización de la Unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 [1924].

ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação:** estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade de Campinas. Campinas [s.n] 1997.

GÖRGEN, Sergio Antonio. **Os novos desafios da agricultura camponesa.** 2ª ed. Estado do Paraná: Vozes 2004.

IANNI, Octavio. **A formação do proletariado Rural no Brasil – 1971.** In: STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da Pecuária Municipal.** Rio de Janeiro, v. 35, 2008, 62 p.

JESUS, José Novais de. **As escolas família agrícola no território goiano:** a pedagogia da alternância como perspectiva para o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura camponesa. 2010. 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998 [1899].

LÊNIN, Vladimir. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1899].

LISITA, Cyro. Fronteira e conflito: o processo de ocupação das terras de Goiás. **Boletim Goiano de Geografia.** Volume 16, nº 1: p. 29-40, jan./dez./ 1996.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA.** Presidente Prudente, SP. Ano 11, nº. 12 pp. 57-67, jan./jun. 2008.

MATOS, Patrícia Francisca de. Estrada de Ferro: o anúncio das metamorfoses de modernização do território no Sudeste Goiano. **Ateliê Geográfico.** Goiânia-GO v. 6, n. 1 abr/2012 p.189-217.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil.** Brasília: Edições lattermund, 1997. Tradução do espanhol: Joaquim. In: STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. **Plano Camponês: construindo o novo caminho da roça.** Brasília/DF: MPA. 2007.

NEIVA, Ivany Câmara. **Um terço cantado para Luís Carlos Prestes.** ANPUH - XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.

NETO, Antônio Teixeira. **Pequena história da agropecuária goiana.** In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (ORG.). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Nº 20. Goiânia: Asa Editora, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PALACIN, Luis; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaina. **História de Goiás em documentos: I Colônia**. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A Revanche Camponesa: Cotidiano e História em assentamento de Goiás**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de Ciências Sociais (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: [s.n.], 1997.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acessado em 13 de maio de 2014.

PRESTES, Luiz Carlos. Manifesto de Maio. Disponível em: <https://www.marxists.org>

RIBEIRO, Sílvia. **Camponeses, biodiversidade e novas formas de privatização**. In: CARVALHO, H. M. (Org.). Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade (subsídios ao debate). São Paulo, SP: Expressão Popular, 2003.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec. 1978.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA** (Presidente Prudente, SP), Ano 8, nº. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005 [1980].

_____. **Lições camponesas**. Trad. MARQUES, Marta Inez Medeiros e WELCH, Clifford Andrew. In: Paulino, E. T.; Fabrini, J. E. (org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular 2008.

SHIKI, Shigeo. **Crítica ao modelo de desenvolvimento dominante nos Cerrados e a transição agroecológica**. Texto para discussão preparado para o Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, 30/07 – 02/08/2002. In: CARVALHO, H. M. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SILVA, Aelton Brito. **Levantamento de aspectos históricos da produção leiteira no processo de ocupação do Cerrado goiano, e a importância dessa atividade produtiva na reprodução do campesinato nas Comunidades Retiro e Retiro Velho/GO**. Lapa – Paraná, 2009. 40 p. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola Latino Americana de Agroecologia em parceria com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná - ET-UFPR.

SILVA, Ana Lúcia. **A revolução de 1930 em Goiás**. Goiânia: Cãnone, 2001.

SAUER. Sérgio. **Terra e modernidade: a dimensão do espaço na aventura da luta pela terra**. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais

Departamento de Sociologia - Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade de Brasília (UnB), Brasília: 2002.

SHIKI, S. **Crítica ao modelo de desenvolvimento dominante nos Cerrados e a transição agroecológica.** Texto para discussão preparado para o Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, 30/07 – 02/08/2002. In: CARVALHO, H. M. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

WANDERLEY, Maria de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** Caxambu-MG, XX Encontro Anual da Anpocs. GT 17, Processos sociais agrários, outubro, mimeo., 17 p. 1996. In: CARVALHO, H. M. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. Os com-terra e sem-terra de São Paulo: retratos de uma relação em transição (1945-1996). In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de & PAULILO, Maria Ignes, orgs, **Lutas camponesas contemporâneas. Condições, dilemas e conquistas.** p. 139-170, São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

_____. **A semente foi plantada:** as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. 1ª ed. São Paulo: expressão popular, 2010.

APÊNDICES

I- LEVANTAMENTO DE DADOS DO ENTREVISTADO

1. Nome:
2. Em que ano nasceu ou quantos anos tem?
3. Onde nasceu?
4. Sempre morou neste local? Sim Não
5. Se não, onde morava antes de vir morar aqui?
 - 5.1. Em que trabalhava?
6. Situação conjugal? Solteiro Casado Outro
 - 6.1. Qual nome do/a companheiro/a?
 - 6.2. Onde Nasceu?
 - 6.3. Quantos anos seu/sua companheira tem?
 - 6.4. Quantos anos estão juntos?
 - 6.5. Quantos filhos têm?
7. Qual nome de seus pais?
8. Onde viviam/vivem seus pais e avós?
 - 8.1. Trabalhavam/trabalham em que?
 - 8.2. Sabe a data de aniversário ou a idade de seus pais? Sim Não
 - 8.3. Se sim, qual?
 - 8.4. Quantos irmãos tiveram?
 - 8.5. Estão na roça? Sim Não
 - 8.6. Em que trabalham?
9. O/a senhor/a estudou? Sim Não
 - 9.1. Se sim, até que série?
 - 9.2. Se não, por quê?
 - 9.3. A esposa, ou esposo, estudou? Sim Não
 - 9.4. Se sim, até que série?

9.5. Se não, por quê?

II- CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA DO AGRICULTOR ENTREVISTADO

1. Quantos filhos têm?

2. Quantos filhos estão vivos?

3. Todos os seus filhos moram com a família? Sim Não

4. Identificação dos filhos por nome, idade e sexo:

Nome	sexo	idade
1. _____	_____	_____
2. _____	_____	_____
3. _____	_____	_____
4. _____	_____	_____
5. _____	_____	_____
6. _____	_____	_____
7. _____	_____	_____

Quais moram com a família?

5.1. Se algum(a) filho(a) saiu de casa, porque saiu?

5.2. Com que idade saiu ou saíram de casa?

5.3. Para onde foi ou foram (estado, cidade)?

5.4. Onde se encontra(m) agora?

5.5. A saída dos(as) filhos(as) prejudicou o andamento dos trabalhos na atividade agrícola ou na terra? Sim Não

5.6. Se sim, em quais aspectos?

5.7. Os filhos pretendem continuar o trabalho na roça? Sim Não

5.8. Caso sim, de que forma?

5.9. Caso não, o que pretendem fazer com a terra?

5.10. Quais são os principais planos/sonhos que o/a senhor/a tem para seus filhos?

6. Quantas pessoas moram na casa do entrevistado?
7. Se houverem mais pessoas do que as descritas, contextualizar quem são.

III- CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO CAMPONESA

1. A terra é: própria arrendada Herança Parceria
- 2.1. Se for arrendada, qual tipo de acordo foi selado?
- 2.2. Se for dada em parceria, como é o sistema?
- 2.3. Se a terra é própria, como foi que a conseguiu? Através de compra de herança cedida por algum parente Outro
- 2.4. Em caso de compra, foi com que conseguiu recursos? Poupança própria Venda de algum bem Crédito bancário Outro
- 2.5. Em caso de herança:
 - Quem era dono?
 - Quando adquiriu a terra?
 - Como adquiriu?
 - Acrescentar outros aspectos que a questão não abrange
 - A terra foi dividida em quantas partes e quantos hectares?
 - Os herdeiros permanecem donos e a terra continua do mesmo tamanho, como quando foi dividida?
 - Caso os herdeiros não sejam mais donos, o que houve?
- 2.6. Se cedida, por quem e qual tipo de acordo?
3. Quantos hectares tem a terra?
4. A terra sempre foi do mesmo tamanho? Sim Não
- 4.1. Caso não, qual era o tamanho?
5. Como é o tipo de solo (ver se é bom ou ruim para a agricultura e porque)?
- 5.1. A que se destinam os melhores tipos de solo: Lavoura Pastagens Reserva Outro

6. Quanto à água na unidade de produção? Ruim Boa Excelente
7. Benfeitorias existentes na Unidade de Produção? Quantos? Cocheira _____ Galinheiro _____ Paiol/depósito _____ Chiqueiro _____ Cerca _____ Represa _____ Tanque _____ Eletricidade Cisterna _____ Outros _____
- 7.1. Tem área não agricultável? Sim Não
- 7.2. Por que não pode ser aproveitada?
8. O que a terra significa para o entrevistado?
9. Gosta de viver nesse local? Sim Não
10. Por quê?
11. Quanto à atividade agrícola, como você se identifica? Trabalhador rural Camponês Agricultor Familiar Lavrador Agricultor Sem Terra Posseiro Outro _____
12. Porque se identifica assim?

IV- A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO (identificar as formas de recreação camponesa)

1. Quantos hectares da terra são destinados ao cultivo de lavouras?
- 1.1. Quais lavouras são cultivadas?
2. Quantos hectares são destinados à criação?
- 2.1. Quais e quanto animais são criados?
3. Qual, ou quais, destas atividades (lavouras, criações) julga mais importante? Por quê?
- 3.1. Por quê?
4. Em qual período do ano prepara a terra para o plantio?
- 4.1. Como é feito o preparo da terra para plantio?
- 4.2. Quais máquinas e equipamentos utiliza no processo de produção? Trator Enxada Semeadeira/plantadeira Colheitadeira Equipamentos de _____

- irrigação (colocar quais) _____ Tração animal (colocar
quais) _____ Outros
- 4.3. As máquinas e equipamentos são Próprios Alugados Emprestados
 Outro
- 4.3.1. Especificar quais são alugados, emprestados e próprios:
- 4.3.2. Em caso de aluguel de máquinas e equipamentos, procurar saber de quem
aluga e como aluga:
- 4.3.3. Quanto paga pela hora?
5. Quantos hectares plantou com lavoura o ano passado?
6. Quantos hectares plantou com cada tipo de lavoura?
7. Quanto colheu de cada lavoura:
8. Teve alguma perda em alguma lavoura na safra do ano passado? Sim
Não
- 8.1. Se sim, em que produto e qual a causa?
9. Qual o destino da produção agrícola do ano passado? Toda para o
consumo parte para o consumo e parte para venda Toda para venda
- 9.1. Procurar saber a quantidade de cada produto produzido que se destina ao
consumo:
- 9.2. Como era, ou é com seus pais?
10. Qual o sistema de comercialização? Vende diretamente ao consumidor
vende ao atravessador
- 10.1. Acha o atual sistema de comercialização adequado às necessidades da sua
família? Sim Não
- 10.2. Por quê?
- 10.3. Seus pais comercializavam seus produtos? Sim Não
- 10.4. Se sim, como se dava?
- 10.5. Se havia produtos que não eram comercializados, qual era o destino da
produção?

11. O/a senhor/a já beneficiou ou beneficia algum produto? Sim Não
- 11.1. Se positivo, qual(is) o(s) produto(s)?
- 11.2. Para o beneficiamento aluga, ou alugou, algum equipamento? Sim Não
- 11.3. Se sim, quais equipamentos?
- 11.4. Seus pais beneficiam, ou beneficiavam algum produto? Sim Não
- 11.5. Se positivo, qual(is) o(s) produto(s)?
- 11.6. Seus pais alugam, ou alugavam algum equipamento para beneficiamento de seus produtos? Sim Não
- 11.7. Se sim, quais equipamentos?
12. Atualmente o clima é favorável à agricultura?
- 12.1. Por quê?
- 12.2. E no tempo de seus pais, como era o clima?
13. Procurar saber se cria animais: Bovinos Suínos Galinha Pato Peixe Equinos Outros
- 13.1. Quantas cabeças de cada espécie animal possui?
14. Qual o destino da produção animal? Venda Consumo familiar
- 14.1. Em caso de venda, a quem vende e quanto?
15. Produz leite? Sim Não
- 15.1. Se sim, qual destino da produção? Venda *in natura* Só para consumo Consumo e venda Fabricação de queijo e demais derivados
- 15.2. Em caso de venda *in natura*, quanto vende o litro?
- 15.2.1. Quantos litros vende por dia?
- 15.3. Em caso de fabricação de queijo, como é a comercialização?
16. Há alguma dificuldade para produção animal?
17. No período de seus pais, quais animais criavam?
- 17.1. Há diferença entre a forma com criavam e como você está criando os animais?

18. Já acessou alguma linha de crédito bancário? Sim Não
- 18.1. Se sim, qual linha de crédito?
- 18.2. Em que Banco?
- 18.3. Quando foi?
- 18.4. Para qual finalidade?
- 18.5. Teve alguma dificuldade para contratação? Qual?
- 18.6. Teve ou está tendo dificuldades para pagar? Quais?
19. Usa algum tipo de adubo orgânico? Sim Não
- 19.1. Quais?
- 19.2. São comprados? Sim Não
- 19.3. Se sim, onde?
20. Usa algum tipo de adubo químico? Sim Não
- 20.1. Quais?
- 20.2. São comprados? Sim Não
- 20.3. Se sim, onde?
21. Seus pais usam, ou usavam algum tipo de adubo? Sim Não
- 21.1. Houve mudanças, por quê?
22. Usa algum tipo de remédio nos animais? Sim Não
- 22.1. Se sim, quais?
- 22.2. Quem orienta a forma de usar?
23. Quanto às sementes: Você guarda de um ano para outro? Compra? Outro
- 23.1. Em caso de compra, onde compra?
- 23.2. Trabalha com sementes crioulas?
- 23.3. Como seus pais garantiam ou garantem as sementes?
24. Usa algum tipo de veneno tanto para criações, quanto para lavouras? Sim Não

- 24.1. Se sim, porque usa?
- 24.2. Quais venenos e pra qual finalidade?
25. Acredita na possibilidade de produção sem veneno? Sim Não
- 25.1. Se sim, como?
- 25.2. Se não, por quê?
26. Conhece a proposta de produção agroecológica? Sim Não
- 26.1. Produz com base em práticas agroecológicas? Sim Não
- 26.2. Se sim, como?
- 26.3. Se não, por quê?
- 26.4. Como é/era a produção no período dos seus pais (manejo natural, uso de veneno, etc.)?
- 26.5. Porque acha que no período de seus pais era dessa forma?

V- ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO (identificar as formas de recreação camponesa)

1. Trabalha na terra com a ajuda da família: Sim Não
- 1.1. Se sim, quem são os membros da família que trabalham na terra: Filho Cônjuge Outro
2. Se trabalha com a ajuda da família, existe divisão de tarefas: Sim Não
3. Se trabalha com a ajuda da família, cada um tem uma atividade produtiva individual? Sim Não
- 3.1. Como é a divisão de tarefas:
4. Contrata trabalhadores: Sim Não
- 4.1. Se sim, quando contrata:
- 4.2. Contrata para fazer que tarefas:
- 4.3. Quem são os trabalhadores contratados?
- 4.4. Como é a forma de pagamento? Diária Por produção Empreita Tarefa Especifique

- 4.5. Qual valor da diária?
- 4.6. Como é ou era no período de seus pais e avós?
5. Participa de algum trabalho em grupo na comunidade (ex.: criação de frango, comercialização, etc.)? Sim Não
- 5.1. Se sim, como se dá essa atividade:
6. Na comunidade é comum as pessoas ajudarem umas às outras no trabalho na agricultura? Sim Não
- 6.1. Se sim, como se dá esse tipo de ajuda:
- 6.2. Como é ou era no período de seus pais?
7. O senhor produz ou cria em outra terra além desta: Sim Não
- 7.1. Se sim, em que condição? Parceiro Proprietário de outra terra Arrendatário Posseiro Terra cedida Trabalhador assalariado Outro
8. Se cria ou produz noutra terra em qualquer das condições acima, procurar saber o porque:
9. Porque trabalha em outra terra?
- 9.1. Trabalha como assalariado, em que atividade?
- 9.2. Por que se assalaria?
- 9.3. Qual período do ano em que trabalha como assalariado?
- 9.4. Em que lugar (município) trabalha?
- 9.5. Pra quem trabalha?
10. Alguma outra pessoa da família que mora com o entrevistado também trabalha noutra terra: Sim Não
- 10.1. Se sim, em que condição? Parceiro Proprietário de outra terra Arrendatário Posseiro Terra cedida Trabalhador assalariado Outro
11. Seus pais trabalhavam ou trabalham em terra alheia? Sim Não
- 11.1. Em que condições?
- 11.2. Em qual período do ano?

12. Além da atividade agrícola algum membro da família tem outra atividade que não é agrícola? Sim Não
- 12.1. Se sim, qual é essa atividade?
- 12.2. Por quê tem essa outra atividade?
13. Alguém da família troca dias de serviço com outro agricultor? Sim Não
14. Há trabalho em forma de mutirão? Sim Não
- 14.1. Se sim, como se dá?
- 14.2. Se não, por quê?
- 14.3. Como era/é no período de seus pais?
15. Arrenda a sua terra? Sim Não Por
- 15.1. Arrenda a terra de outros? Sim Não Por quê?
16. A renda do trabalho na terra garante as necessidades de consumo da família? Garante totalmente Garante parcialmente Não garante
- 16.1. O que faz para garantir as necessidades de consumo da família?
17. Seus pais garantem, ou conseguiam garantir as necessidades de consumo da família a partir da renda do trabalho na terra? Sim Não
- 17.1. Caso não, quais estratégias eram adotadas?

VI- POLÍTICAS PÚBLICAS (identificar as formas de recreação camponesa)

1. A família é beneficiária de algum programa ou política pública governamental (proraf, minha casa minha vida, bolsa família, salário escola, etc.)? Sim Não
- 1.1. Se sim, qual?
- 1.2. Como é utilizado?
2. Já acessou recursos do Pronaf: Sim Não
- 2.1. Se sim, quando?
- 2.2. Para quê?
- 2.3. Quem fez o projeto?

- 2.4. Teve Dificuldades para acessar? Sim Não
- 2.4.1. Se sim, quais?
- 2.5. Conseguiu pagar? Pagou Está pagando Não pagou
- 2.5.1. Caso não tenha pagado, o que houve?
- 2.6. Se nunca usou recursos do Pronaf, quais foram os motivos?
- 3. Atualmente está com alguma linha de crédito? Qual?
- 4. Qual(is) política(s) pública(s) o/a senhor/a acha necessário para melhorar as condições de vida no campo?

VII- INTEGRAÇÃO DA FAMÍLIA NA COMUNIDADE E COM AGENTES EXTERNOS

- 1. Como começou a comunidade?
- 2. Quais eram as principais famílias no processo de surgimento da comunidade?
- 3. Como é hoje a vida em comunidade? Houve muitas mudanças desde seus pais?
- 4. Como é a relação desta família com a comunidade?
- 5. Há desavenças? Sim Não
- 5.1. Se sim, por quais motivos?
- 6. Qual a importância de viver em comunidade?
- 7. Todas as famílias que vivem nos arredores fazem parte da comunidade? Sim Não
- 7.1. Caso não, por quê?
- 8. Quais as principais atividades realizadas enquanto comunidade (reza, mutirão, mobilização, etc.)?
- 9. Participa de alguma associação? Sim Não
- 1.1. Se sim, qual?
- 1.2. Como iniciou?
- 10. Participa do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA? Sim Não

- 10.1. Se sim, desde quando?
- 10.2. Porque começou a participar?
- 10.3. Porque permanece?
- 10.4. Como é a atuação do MPA na região?
11. Existe STR no Município? Sim Não
 - 11.1. Se sim, como tem sido a atuação do STR junto às famílias camponesas?
 - 11.2. Qual a importância do STR para os as famílias camponesas do Município?
12. Quais as principais lutas enfrentadas pela comunidade, tanto hoje, quanto no passado que contribuíram com a permanência na roça?
 - 12.1. Hoje vocês estão lutando por alguma conquista? Sim Não
 - 12.2. Se sim, o que tem sido feito?
13. Quais as principais dificuldades que as famílias camponesas enfrentam no Município?
 - 13.1. O que tem sido feito para superar tais dificuldades?
14. Existe alguma empresa/agência pública de assistência técnica no Município?
 Sim Não
 - 14.1. Se sim, qual?
15. Utiliza assistência técnica na atividade agropecuária? Sim Não
 - 15.1. Se sim, quem presta assistência técnica?
 - 15.2. Como avalia a assistência técnica?
 - 15.3. Se não utiliza, por quê?
16. Como avalia as políticas do Governo para o campesinato?
17. A Prefeitura Municipal tem alguma política voltada para o pequeno agricultor? Sim Não
 - 17.1. Se sim, qual?
18. Os políticos da região visitam/fazem reunião com os pequenos agricultores ou lhes dão assistência: Sim Não

- 18.1. Se sim, que tipo de trabalho é feito?
- 19. Sua família pratica alguma religião? Sim Não
- 19.1. Se sim, qual?
- 19.2. Sempre foi a mesma?

VIII- CONDIÇÕES DE VIDA

- 1. De onde vem a água para o consumo de casa?
 - 1.1. É encanada? Sim Não
 - 1.2. Faz algum tipo de tratamento para consumo? Sim Não
 - 1.3. Se sim, qual?
- 2. Tem banheiro? Sim Não
- 3. Tem fossa? Sim Não
- 4. Tem energia? Sim Não
 - 4.1. Se sim, desde quando?
 - 4.2. Colocou com recursos próprios ou por meio de algum programa governamental?
- 5. Tem meio de transporte próprio? Sim Não
- 6. Está satisfeito com sua casa? Sim Não
 - 6.1. Se não, o que precisa melhorar?
- 7. Como o/a senhor/a avalia as condições de vida e trabalho atuais em relação ao período de seus pais e avós, melhorou ou não?

IX- FINANÇAS (características da recriação camponesa)

- 1. Quanto paga de energia elétrica por mês?
- 2. Paga pela água que usa? Sim Não
 - 2.1. Se sim, como se dá esse processo?
- 3. Quantos reais gasta por mês em compras para consumo familiar?
 - 3.1. Quanto gasta por mês com farmácia?

- 3.2. Quanto gasta por mês com o consumo animal (remédios, rações, vacinações, etc.)?
- 3.3. Há alguma outra despesa familiar (escola, transporte, etc.)?
- 3.4. E no período de seus pais, como era?
4. Quais são as fontes de renda da família? Aposentadoria Assalariamento Diarista Ajuda de familiar ausente Programa governamental Produção
 - 4.1. Aposentadoria, quantos reais por mês?
 - 4.2. Assalariamento, quantos reais por mês?
 - 4.3. Diarista, quantos reais por dia e quantos dias por mês?
 - 4.4. Ajuda de familiar ausente, quem e quantos reais mensais?
 - 4.5. Programa governamental, qual programa e quantos reais mensais?
 - 4.6. Produção
 - 4.6.1. Leite, quantos reais?
 - 4.6.2. Venda de bovinos, quantos reais?
 - 4.6.3. Venda de suínos, quantos reais?
 - 4.6.4. Lavoura, quais produtos vende e a quanto?
 - 4.6.5. Quais produtos são produzidos e que não são comprados no mercado?
 - 4.6.6. Há alguma outra fonte de renda? Sim Não
 - 4.6.7. Se sim, qual?
5. Como é ou era no período de seus pais?